

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO
ESCOLA DE NEGÓCIOS**

ANDREA KALIANY DA COSTA LIMA

**EFEITO DO ECOCONTROLE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E O DESEMPENHO
ECONÔMICO PERCEBIDO**

CURITIBA

2016

ANDREA KALIANY DA COSTA LIMA

**EFEITO DO ECOCONTROLE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E O DESEMPENHO
ECONÔMICO PERCEBIDO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração. Área de concentração: Administração Estratégica, da Escola de Negócios, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Heitor Takashi Kato.

Coorientador: Prof.^a Dr.^a Angela Cristiane Santos Póvoa.

CURITIBA

2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Giovanna Carolina Massaneiro dos Santos – CRB 9/1911

L732e
2016

Lima, Andrea Kaliany da Costa
Efeito do ecocontrole sobre a relação entre a responsabilidade social corporativa e o desempenho econômico percebido / Andrea Kaliany da Costa Lima ; orientador: Heitor Takashi Kato; coorientador: Angela Cristiane Santos Póvoa. – 2016.
102 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016
Bibliografia: f. 86-95

1. Administração. 2. Responsabilidade social da empresa.
3. Desenvolvimento econômico. 4. Indústria petrolífera. I. Kato, Heitor Takashi. I. Póvoa, Angela Cristiane Santos. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 20. ed. – 658

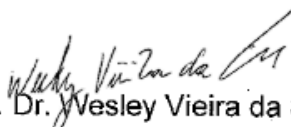
TERMO DE APROVAÇÃO

**EFEITO DO ECO-CONTROLE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E O DESEMPENHO
ECONÔMICO PERCEBIDO**

Por

ANDREA KALIANY DA COSTA LIMA

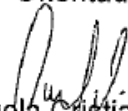
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de Concentração em Administração Estratégica, da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



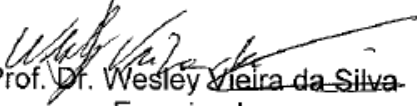
Prof. Dr. Wesley Vieira da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração



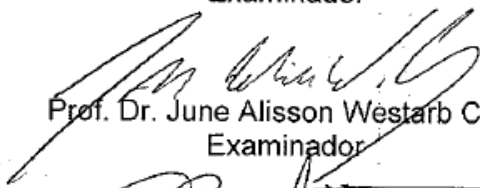
Prof. Dr. Heitor Takashi Kato
Orientador



Prof.^a Dr.^a Angela Cristiane Santos Póvoa
Examinadora




Prof. Dr. Wesley Vieira da Silva
Examinador



Prof. Dr. June Alisson Westarb Cruz
Examinador



Prof. Dr. Edelvino Razzolini Filho
Examinador



Prof. Dr. Alexandre Reis Graeml
Examinador

Aos meus pais, Raimundo Gomes de Lima e Maria Creusa da Costa Lima, pelo amor que sempre me dedicaram.

Ao meu esposo, Marcos Antonio Bezerra, por me dar segurança, nos momentos mais difíceis, e sempre me apoiar e incentivar na busca dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter-me permitido vivenciar este momento e me concedido a perseverança, nos momentos em que me senti mais frágil.

Aos meus pais Raimundo Gomes e Maria Creusa pelo apoio, preocupação, confiança e incentivo sempre aos estudos.

Ao meu esposo Marcos Antonio Bezerra, pela compreensão, incentivo, apoio constante nas horas dedicadas à pesquisa. E, nestes 10 anos, juntos, passamos e compartilhamos alegrias, tristezas e superações.

Aos meus irmãos Adriana Kaliny e André Cristiano, pelo estímulo e apoio na busca desta conquista.

Ao irmão de coração, Elcimar Dantas, por todo o incentivo sempre dado e por estar presente nas principais realizações de minha vida.

Ao Prof. Dr. Heitor Takashi Kato, meu orientador, que, além dos conhecimentos compartilhados, acreditou nesta tese e me conduziu, com muito profissionalismo, na realização da mesma.

À Profa. Dra. Angela Cristiane Santos Póvoa, minha coorientadora, pela competência e pelas contribuições dadas, ao longo desta tese.

Aos Professores, Dr. Edelvino Razzolini Filho e Dr. June Alisson Westarb Cruz, por todas as contribuições dadas na fase inicial deste trabalho.

Aos membros da Banca Examinadora, por aceitarem o meu convite.

Ao Prof. Dr. Wesley Vieira da Silva, pelo incentivo, acompanhamento e dedicação demonstrada na Coordenação do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da PUCPR.

A Priscilla Bueno e Denise Rempel, pelo comprometimento de nos mantermos sempre informados sobre os assuntos e prazos necessários da turma do DINTER e em atender a todas as solicitações necessárias.

À professora Dra. Lydia Brito, minha orientadora no mestrado, uma grande incentivadora na realização deste doutorado.

À Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e à CAPES, pela oportunidade de cursar o doutorado.

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – pela oportunidade de realização deste doutorado. Em especial, ao Reitor Pedro Fernandes Ribeiro Neto, que acreditou na parceria e viabilizou a realização deste curso.

Aos colegas do Departamento de Administração, pelo incentivo e apoio na liberação das atividades, para cursar este doutorado e alcançar este projeto de vida.

Aos colaboradores da PROPEG/UERN, Almir da Silva Castro e Raimunda Mercês de Paiva, pela atenção e desempenho no trabalho que desenvolvem e por todas as orientações dadas no período em que eu estava dedicada exclusivamente a esta capacitação.

À amiga e grande pesquisadora, profa. Dra. Zoraide Souza Pessoa, por todos ensinamentos, competência e incentivo na realização deste doutorado.

A Hudson Vale de Oliveira, que, no início de minha carreira profissional, já incentivava e cobrava a realização de pesquisas e publicação de artigos.

A Andreia Nóbrega Bitencourt, pela amizade, acolhida em sua residência e apoio familiar. Foi a primeira pessoa a me acolher em Curitiba-PR e me fazer sentir segura de que tudo daria certo. À sua família, que me abraçou, o meu eterno obrigado.

Ao casal Elisabete Almeida e João Almeida, que me acolheram em sua residência em Curitiba-PR e também me acolheram como membros de sua família.

A todos os colegas de Curitiba-PR, pela amizade construída, conversas e compartilhamento de conhecimento na sala de estudo do PPAD/PR, que me fizeram crescer profissionalmente.

A todos os colegas da turma, pela amizade, e até pelas desavenças, como também pelo apoio, incentivo, medo, angústias e alegrias que passamos ao longo destes 4 anos, que só me deixaram mais forte. Vocês terminam comigo esta etapa marcante em nossas vidas.

Enfim, a todos os que confiaram, apoiaram e acreditaram nesta conquista.

RESUMO

A indústria de petróleo e gás, no Brasil, ganhou destaque, de maneira considerável, nos últimos anos. Por ser considerado um setor controverso, tem também despertado uma preocupação de ordem ambiental e social. Tendo como referencial teórico os estudos de: Waddock e Graves (1997), Carroll (2000), Henri e Journealt (2010), Gallardo Vazquez e Sanchez-Hernandez (2014), Wang et al. (2014), este estudo é resultante de uma investigação junto a empresas que atuam no setor petrolífero. Propôs-se analisar se o ecocontrole influencia a relação entre responsabilidade social corporativa e desempenho econômico no setor petrolífero. A pesquisa é de natureza quantitativa, com uma abordagem exploratória, explicativa e um *survey* de caráter *cross sectional*. A coleta de dados foi executada por meio de um questionário, que apresenta confiabilidade e validade satisfatória, tendo sido utilizada uma escala definida, mensurando-se três variáveis da pesquisa, quais sejam: Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Ecocontrole e Desempenho econômico percebido. A pesquisa foi aplicada por meio da ferramenta *Qualtrics*, no período de julho a setembro do ano de 2015, com todas as empresas que atuam no setor petrolífero, cadastradas no site da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) como fornecedores de produtos e serviços. Ao todo, participaram 80 empresas que atuam no setor petrolífero, de diferentes portes e regiões do País. A análise dos dados foi realizada com base em estatística descritiva, análise fatorial e análise confirmatória, com o *software Warp PLS 5.0*. Os resultados apontam que existe uma relação positiva, quando o ecocontrole atua na relação, mediando a responsabilidade social corporativa e o desempenho econômico. Também ocorre uma relação positiva e significativa, quando a responsabilidade social influencia o ecocontrole. Já a relação entre responsabilidade e desempenho econômico percebido não se mostrou significativa, porém, foi positiva. Dessa forma, foi rejeitada a hipótese da relação do ecocontrole moderando a relação responsabilidade e desempenho. Portanto, os objetivos propostos deste estudo foram atingidos, uma vez que se buscou analisar essa influência. O estudo traz sua contribuição teórica e prática, como também oferece possibilidades para novas pesquisas a outros atores do processo.

Palavras-chave: Responsabilidade social corporativa. Ecocontrole. Desempenho econômico percebido. Setor petrolífero.

ABSTRACT

The oil and gas industry in Brazil has gained prominence in recent years considerably. For being considered a controversial sector, has also aroused concern from environmental and social order. With theoretical reference in the studies of: Waddock and Graves (1997), Carroll (2000), Henri and Journealt (2010), Gallardo Vazquez and Sanchez-Hernandez (2014), Wang et al. (2014), this study is resulting of an investigation with companies that operate in the tanker sector. It was proposed to analyse if the echo-control influences the relationship between corporate social responsibility and economic performance in the tanker sector. The research is quantitative in nature, with an exploratory approach, explanatory and a survey of cross sectional character. Data collection was performed by means of a questionnaire which features reliability and validity, having the same used a scale set measuring three variables, namely: Corporate Social responsibility (CSR), eco-control and economic performance. The survey was applied through the Qualtrics tool, in the period from July to September from the year 2015 with all companies working in the sector and which are registered tanker on the website of the national organization of the oil industry (ONIP) as suppliers of products and services. With participants 80 companies that operate in the tanker sector of different sizes and regions of the country. Data analysis was performed based on descriptive statistics, factorial analysis and confirmatory analysis with the Warp PLS 5.0 software. The results show that there is a positive relationship when the echo-control plays in the relationship mediating corporate social responsibility and economic performance. Also there is a positive and significant relationship when social responsibility affects the echo-control. In economic performance and accountability relationship, was not significant. However, was positive. In this way, the hypothesis was rejected eco-ratio control moderating the relationship accountability and performance. Therefore, the proposed objectives of this study were achieved, since it sought to analyze this influence and bring their theoretical and practical contribution, but also offers possibilities for new research to other actors in the process.

Keywords: Corporate social responsibility. Eco-control. Economic performance. Oil industry.

LISTA FIGURAS

Figura 1 - Tipologias da responsabilidade social.....	31
Figura 2 - Produção de petróleo por concessionária 2014	38
Figura 3 - O conceito de Ecocontrole de Schaltegger e Burritt (2000)	49
Figura 4 - Modelo entre construto sugerido para este estudo	57
Figura 5 - Modelo de estudo proposto.....	58
Figura 6 - Avaliação de normalidade para os construtos	71
Figura 7 - Relação da hipótese do estudo H1	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução teórica da responsabilidade social corporativa	29
Quadro 2 - Artigos teóricos e trabalhos empíricos sobre a Responsabilidade social corporativa.....	32
Quadro 3 - Conceitos e autores de RSC mais citados na literatura	35
Quadro 4 - Relação de estudos que evidenciam relações positivas, negativas e neutras entre RSC e desempenho econômico.....	42
Quadro 5 - Questionário para medir a RSC	55
Quadro 6 - Questionário de Henri e Journeault (2010) para medir Ecocontrole.....	56
Quadro 7 - Avaliação o seu desempenho econômico percebido	57
Quadro 8 - Tempo de fundação da sua empresa.....	65
Quadro 9 - Setor de atuação da empresa do setor	66
Quadro 10 - Porte das empresas do setor	67
Quadro 11 - Faturamento anual das empresas participantes do setor.....	67
Quadro 12 - Caracterização dos indicadores para RSC	68
Quadro 13 - Caracterização dos indicadores para o Ecocontrole	69
Quadro 14 - Caracterização dos indicadores para o Desempenho Econômico Percebido	69
Quadro 15 - Estimativa do Teste de Normalidade.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Loadings and cross-loadings</i> das variáveis latentes	73
Tabela 2 - Correlação entre variáveis latentes e raízes quadradas das AVE (Diagonal).....	73
Tabela 3 - Hipótese do estudo	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.3 OBJETIVOS	19
1.3.1 Objetivo geral:	19
1.3.2 Objetivos específicos:	19
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	20
1.4.1 Justificativa teórica	20
1.4.2 Justificativa prática	22
1.5 TESE A SER DEFENDIDA.....	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	25
2.1 O CENÁRIO E A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	25
2.2 O SETOR DE PETRÓLEO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	36
2.3 RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E DESEMPENHO ECONÔMICO	39
2.4 CONCEITOS E AÇÕES DO ECOCONTROLE	43
2.5 RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E ECOCONTROLE.....	47
2.6 RELAÇÃO ENTRE ECOCONTROLE E DESEMPENHO ECONÔMICO	51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.1 ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO DA PESQUISA	54
3.2 DESIGN DA PESQUISA	55
3.3 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS E OPERACIONAIS DAS VARIÁVEIS	60
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO	61
3.5 COLETA DOS DADOS.....	62
3.6 TRATAMENTO DOS DADOS	63
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	65
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA – PERFIL DA AMOSTRA.....	65
4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E NORMALIDADE DOS DADOS.....	68
4.3 ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA.....	72
4.3.1 Modelo proposto do estudo	74

4.3.2 Implicações dos resultados da pesquisa.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
5.1 CONTRIBUIÇÕES	80
5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	82
5.3 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS.....	83
5.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	84
6 SOBRE A AUTORA.....	85
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA.....	97
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DA PESQUISA	99

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, será apresentado o tema e sua contextualização, bem como serão explicitados o problema de pesquisa que motivou o trabalho, os objetivos do estudo, sua justificativa teórica e a prática.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A indústria de petróleo e gás, no Brasil, enfrenta uma série de desafios. O setor, que até o ano de 2014, estava em expansão, com aumento de investimentos, devido ao Pré-Sal e aos retornos que estes poderiam proporcionar, atualmente teve que direcionar suas estratégias para enfrentar a crise.

A descoberta do Pré-Sal fez com que a indústria petrolífera, no Brasil, ganhasse destaque mundial. Aumentos significativos no setor ocorreram entre os anos de 2012 a 2015, e os investimentos representaram cerca de 60% do total previsto para todo o setor petrolífero. São exemplos dessa expansão a construção de portos e estaleiros, em vários Estados, e a compra de navios por empresas. Ações foram direcionadas para uma política local e com reflexos em todo o País (LIMA, 2015).

A Petrobras é a empresa que praticamente detém todo o controle de petróleo no Brasil e respondeu, no ano de 2012, por 10% da Formação Bruta de Capital Fixo no País. Esse cenário sofreu mudanças, em virtude das denúncias de corrupção e do rebaixamento da nota da agência Moody's, em fevereiro de 2015, além de a dívida em moeda estrangeira ter uma queda de Baa3 para Ba2. Com isso, a Petrobras perdeu o seu grau de investimento, e esse fator trouxe dificuldades para conseguir captar recursos externos, levando-se em consideração que os recursos próprios são insuficientes para dar garantias aos planos de investimentos da empresa. Assim, os Planos de Negócios e Gestão – PNG (2014-2018) – da empresa não foram alcançados.

Para Lima (2015), os investimentos feitos no Pré-Sal foram altos e ocasionaram uma diminuição do lucro líquido no curto prazo. Mas, para o autor, a Petrobras representa a empresa mais lucrativa do País, obtendo lucro líquido superior a Vale, no período de 2006 a 2013. Nesse período, a Vale obteve R\$ 17,9 bilhões de lucro, enquanto a Petrobras chegou ao montante de R\$ 27,8 bilhões. O

autor destaca que a Empresa conta com volumes recuperáveis de petróleo, de 28 bilhões de barris, e as atuais reservas produzem 16 bilhões de barris e podem chegar a um total de 44 bilhões.

Ainda, na visão de Lima (2015), não se deve confundir a Petrobrás, instituição eficiente, com os elementos de investigações da Justiça. É necessário que se tenha uma visão do que a Petrobras já concretizou, assim como do seu futuro, considerado promissor. Importa considerar a exploração dos reservatórios do Pré-Sal, em andamento; a tecnologia de extração do petróleo *off-shore*, em águas profundas, detida pela Empresa, e o seu reconhecimento internacional, além da notória qualificação do seu quadro de técnicos. Ou seja, para o autor, não se deve ter a mesma visão, a curto prazo, que as agências de avaliação de riscos e alguns analistas apresentam, levando a sociedade a acreditar que pode não ser real.

Sant'Anna (2013) enfatiza que o Brasil era dependente, em larga escala, de petróleo importado. O autor lembra que o País foi duramente afetado, na década de 1970, com duas crises no setor, nos anos de 1973 e em 1979. Somente no ano de 1980, a produção de petróleo no Brasil começou a ganhar escala, com a descoberta das reservas na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, o que representou um aumento na produção para mais de 500 mil barris/dia. No entanto, apenas no fim da década de 1990, ultrapassou-se a marca de 1 milhão de barris/dia. Desde então, o País vem reduzindo sua exposição a variações no preço internacional do petróleo, seja substituindo sua demanda por fontes alternativas, como o etanol, seja expandindo a disponibilidade de óleo nacional.

Para Tolmasquim (2012), na área de exploração e produção de petróleo e gás natural, no Brasil, espera-se que, ao longo do decênio 2011-2020, a produção proveniente dos recursos descobertos e dos recursos não descobertos seja duplicada com a contribuição do Pré-Sal, atingindo cerca da metade dessa produção, até 2020. Assim, além de produtor relevante, o País se tornará um grande exemplo no cenário internacional de petróleo.

Ainda na visão de Tolmasquim (2012), a expectativa do potencial petrolífero para a área do Pré-Sal é uma descoberta extremamente promissora, levando-se em consideração que não só reforça como amplia o desafio do Brasil em transformar as vantagens de sua matriz energética em reais melhorias para a sociedade.

Para autores como Woolfson e Beck (2005), a indústria do petróleo é controversa, pois há envolvimento generalizado em práticas de negócios que

implicam consequências sociais, ambientais e éticas, como o aquecimento global causado pela produção e consumo de petróleo, a deterioração do ar local e da qualidade da água em torno de refinarias de petróleo. Tratando-se de uma indústria controversa, as empresas petrolíferas se voltam para a responsabilidade social como um meio para obter legitimidade (DU; VIEIRA JR., 2012).

O estudo de García-Rodríguez et al. (2013) aborda a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) de empresas do setor petrolífero, em países em desenvolvimento. A pesquisa ocorreu em refinaria de petróleo em Angola, onde os autores buscavam saber até que ponto as empresas multinacionais de petróleo contribuem para o desenvolvimento sustentável por meio de suas atividades de RSC. Os resultados reforçam o potencial que a RSC tem enquanto estratégia de negócio.

O crescimento do setor petrolífero trouxe consigo preocupações de ordem ambiental e social. Souza (2006) destaca que um outro fator que contribuiu para o aumento das exigências socioambientais foram os vários acidentes ocorridos na década de 1980 e as duas crises do setor de petróleo (1973 e 1979). Esses fatos sinalizaram que os recursos naturais podem chegar ao fim, fazendo-se necessário um controle ambiental, bem como os movimentos em prol dos direitos civis. Nesse sentido, a preocupação com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) surgiu a partir do momento em que a sociedade começou a mobilizar e a pressionar o governo e as empresas para solucionarem os problemas gerados pela industrialização. Assim, as empresas, além de gerarem empregos, maximizarem a obtenção de lucros e pagarem impostos, deveriam cumprir as questões legais, no que tange ao meio ambiente e às relações trabalhistas (SOUZA, 2006). Para o autor, as crises do petróleo revelaram a extrema dependência da indústria, em relação aos recursos naturais e à necessidade de se adotarem tecnologias menos intensivas em recursos, por meio da utilização racional dos insumos.

Portanto, nos anos de 1990, as organizações, em todos os segmentos econômicos, passaram a ter uma atitude mais ativa e criativa em respostas às pressões da sociedade (SOUZA, 2006). A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) adiciona às organizações uma preocupação a mais do que aquela defendida por Friedman (1970), de que toda empresa deveria passar a se preocupar com a sociedade na qual se encontra, refletindo acerca do impacto de suas ações e

reforçando a necessidade de um controle sobre o ambiente e seus recursos naturais.

Waddock e Graves (1997) identificaram que investir em responsabilidade social corporativa não prejudica o desempenho da empresa. Ao contrário, favorece a criação de uma vantagem competitiva. Por se tratar de um constructo multidimensional, a relação entre RSC e desempenho pode ser uma associação positiva, negativa ou neutra. Em seus estudos, os autores identificaram uma associação positiva da RSC com o desempenho financeiro.

Pode-se afirmar que a ideia de responsabilidade socioambiental incorporada aos negócios é recente e está ligada ao surgimento de novas demandas e a uma maior pressão por transparência nos negócios, forçando as empresas a adotarem uma postura de maior responsabilidade em suas ações. É importante ressaltar que a ideia de responsabilidade adotada pelas empresas passou por mudanças ao longo do tempo, incorporando as dimensões social e ambiental, a partir de contextos distintos. Inicialmente, a concepção de responsabilidade corporativa incorporou a dimensão social, sendo denominada de responsabilidade social e, depois, passando a incorporar também a dimensão ambiental, sendo, portanto, fundamental um controle maior de suas ações e de seus investimentos.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Nas últimas décadas, em todo o mundo, ampliou-se o debate ambiental exigindo mudanças nos modelos de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, com a necessidade de efetivação de ações voltadas para um controle ambiental e para uma organização responsável, que, assim, garanta as condições de reprodução socioambiental para as gerações futuras. Como consequência desse debate, recaiu sobre as corporações a necessidade de adequar suas ações e práticas de responsabilidade social, tornando-as, do ponto de vista político, social e comercial, integradas a essa nova perspectiva de desenvolvimento nas sociedades contemporâneas.

Entretanto, a adoção de ações e práticas socioambientais nem sempre foram aceitas ou efetivadas de forma natural pelas corporações. Resultaram de várias discussões e pressões dos movimentos e organizações preocupados com o futuro da humanidade. Quando implantada alguma ação e prática, aconteciam de forma

isolada, sem integrarem a política organizacional das corporações de forma efetiva.

No contexto brasileiro, no final dos anos de 1980, por meio do sociólogo Herbert de Souza, ocorreu o incentivo ao trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que passou a desenvolver e mobilizar ações políticas, campanhas públicas, monitoramento de processos legislativos e políticas públicas. Para Cimbalista (2001), somente na década de 1990, o movimento de valorização da responsabilidade social empresarial teve um forte impulso, mediante atuação de institutos sem fins lucrativos, órgãos de pesquisa e organizações, de certa forma, mais conscientes e movidas para desenvolver ações sociais.

Todavia, a incorporação dessas ações e práticas voltadas para a responsabilidade socioambiental é um assunto que passou por um processo de evolução, tanto do ponto de vista das corporações, como no meio acadêmico e da própria sociedade. Além disso, cada vez mais as ações e práticas socioambientais se tornaram um forte componente de *marketing*, denominado de “verde”, como também cumprem um novo nicho de mercado em franca exploração pelas corporações, compondo novos arranjos de negócios.

Para Dias (2011), os empresários conscientizam-se de que o papel da organização não se limita à produção e distribuição de um produto ou serviço que atende a algumas necessidades de determinado público, mas também deve atuar de acordo com ética e responsabilidade para com os princípios dos direitos humanos, na melhoria da qualidade de vida da sociedade e no cuidado com o meio ambiente.

Ressalta-se como fundamental que a escolha dessas ações de responsabilidade socioambiental empreendidas pelas organizações repercute em vários aspectos no ambiente interno e externo da organização, ultrapassando as fronteiras nacionais ao consumir recursos do mundo inteiro (DIAS, 2011). Assim, é exigida uma redefinição da sua política organizacional e dos seus aspectos de planejamento, direção, controle e avaliação em uma perspectiva estratégica e operacional, que envolve toda a sua cadeia produtiva e de negócios.

Por responsabilidade social entende-se como a disposição da organização em participar mais ativamente de ações comunitárias. Ou seja, a carga de responsabilidade que uma organização tem com as pessoas da comunidade local, representadas por meio de ações e medidas que influenciem positivamente os envolvidos (ASHLEY, 2002; MELO NETO; FROES, 1999). Nessa perspectiva, a organização deve assumir, além das obrigações estabelecidas em lei, aquelas de

cunho moral, mesmo que isso implique ir além de suas obrigações legais, no propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Boff (2011), se for considerado o acúmulo de desastres socioambientais enfrentados nas últimas décadas, a responsabilidade social é insuficiente, pois ela não inclui o ambiente. Há uma relação intrínseca, onde não se pode deixar de perceber a relação do social com o ambiental. Para o autor, o social sem o ambiental é irreal.

Oliveira (2005) considera a responsabilidade socioambiental como um aspecto de diferenciação para a organização, no sentido de expandir a atuação no mercado e aperfeiçoar sua competitividade. A necessidade do desenvolvimento sustentável vem sendo incutida nas atividades da organização e passa a fazer parte na cultura de forma que as organizações precisam atender aos apelos ambientais e sociais (SOUZA; RÁSIA; JACQUES, 2010). A questão socioambiental passa a ser defendida como um item fundamental na atuação dos gestores (GOBBI; BRITO, 2009).

Portanto, as empresas têm implantado ações sociais em suas rotinas, seja por exigências da sociedade, seja para atender à legislação e às normas estabelecidas, ou mesmo em busca de conquistar seus consumidores. Isso tem reforçado também a preocupação com o desempenho econômico, pois, as organizações estão interessadas em sistemas que possam medir também o seu desempenho (SAID; ELNABY; WIER, 2003). Estudos, como os de Baines e Langfield-Smith (2003) e Said, Elnaby e Wier, (2003) acreditam que existe uma associação positiva entre o ecocontrole e o desempenho econômico. Para os autores, por meio do ecocontrole, é possível a organização obter melhores resultados em seu desempenho, com suporte de relatórios e informações que auxiliem a direcionar decisões que proporcionem uma vantagem competitiva sustentável e um desempenho superior ao planejado.

Assim, reforça a importância de as empresas preocupadas com o seu desempenho econômico e o meio ambiente aplicarem o ecocontrole, um método de controle financeiro e estratégico para a segurança da gestão ambiental (HENRI; JOURNEAULT, 2010). No entendimento desses pesquisadores, este é um mecanismo pelo qual os gestores viabilizam a obtenção de recursos ecológicos e econômicos, proporcionando a sua utilização, de forma efetiva, em prol do alcance

dos objetivos das empresas, culminando em suprir as expectativas dos *stakeholders*.

Atualmente, não existe nenhuma instituição que obrigue as empresas a aderirem às iniciativas de responsabilidade socioambiental, como já destacado. Dessa forma, torna-se extremamente relevante e pode ajudar as organizações a entenderem se o ecocontrole contribui para a responsabilidade social corporativa e para o fortalecimento do desempenho econômico percebido.

Em face do disposto, o problema de pesquisa do presente estudo relaciona-se com a seguinte questão:

O ecocontrole é fator que influencia a relação entre responsabilidade social corporativa e desempenho econômico percebido nas empresas do setor petrolífero?

1.3 OBJETIVOS

Na busca de responder ao problema de pesquisa deste estudo, definiram-se seus objetivos:

1.3.1 Objetivo geral:

Analisar se o ecocontrole influencia a relação entre responsabilidade social corporativa e desempenho econômico percebido no setor petrolífero.

1.3.2 Objetivos específicos:

- a) definir instrumentos de medida para RSC, Ecocontrole e Desempenho econômico percebido;
- b) analisar a relação entre a RSC e Desempenho econômico percebido;
- c) analisar a relação entre a RSC e Desempenho econômico percebido quando mediada e moderada pelo Ecocontrole.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Tendo em vista a importância desta temática, podem-se justificar as contribuições deste estudo, nas formas teórica e prática, apresentadas na sequência.

1.4.1 Justificativa teórica

As organizações são desafiadas a enfrentarem um ambiente de negócios complexo, em razão da necessidade de novas tecnologias de desafios no processo de gestão, da busca por mais produtividade e, conseqüente, do aumento da competitividade. Nesse cenário, as organizações buscam o seu diferencial competitivo, por meio de transformações para responder às constantes mudanças que interferem na sua dinâmica organizacional.

Os desafios para as organizações são amplos, e estas devem proporcionar respostas adequadas às demandas do mercado. Nesse contexto, deve orientar a sua gestão para a estratégia, sustentada na identificação e em uma gestão dinâmica de recursos e de capacidades internas, que permitam a efetividade do negócio, de forma econômica e sustentável.

Para Ashley (2002), o grande desequilíbrio provocado pelas diferenças sociais obriga as organizações a repensarem o seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. Assim sendo, para reagir a essa provocação, é fundamental as instituições buscarem alternativas que atendam a um aumento do desenvolvimento econômico e sustentável e que envolvam aspectos sociais, econômicos e ambientais. Segundo o autor, a responsabilidade social pode ser usada como uma estratégia para garantir ou ampliar sua rentabilidade e potencializar o seu desenvolvimento.

Segundo Lewis (2003), os consumidores estão mais conscientes ao buscarem práticas e produtos geradores de melhorias à comunidade e ao meio ambiente. Na visão do autor, o crescimento econômico só será viável se estiver concebido em bases firmes, devendo existir um desenvolvimento de estratégias empresariais capazes de proporcionar competição, e que estejam preocupadas em levantar soluções ambientalmente sustentáveis, socialmente corretas e economicamente viáveis.

Nesse cenário, as organizações devem compreender que o seu ambiente cobra atitudes mais responsáveis e sustentáveis, e buscar atingir e manter o seu desempenho econômico e financeiro. Ou seja, não tem como dissociar uma atividade econômica do seu impacto no ambiente e na sociedade. As empresas devem direcionar seus esforços para se fortalecer junto à sociedade, por intermédio de atitudes e exemplos sucedidos, definindo um modo de atuação pelo qual o desempenho econômico dos negócios seja atingido com respeito ao ambiente e à equidade social (CAJAZEIRA; BARBIERE, 2006).

Nesse sentido, este estudo busca avançar no debate sobre responsabilidade social corporativa, ecocontrole e desempenho econômico percebido, a partir das principais ideias dos autores que debatem o tema. Observou-se que as pesquisas sobre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) têm foco para os benefícios que esta proporciona. Já os estudos de desempenho econômico têm buscado entender essa relação entre RSC e desempenho, assim como despertado o interesse dos pesquisadores o desenvolvimento de organizações mais sustentáveis e preocupadas com as questões ambientais e o seu ecocontrole. Ou seja, uma organização em busca de uma constante vantagem competitiva sustentada.

Henri e Journeault (2010) apresentam seu estudo explorando o ecocontrole empiricamente. No Brasil, o ecocontrole e a sua relação com o desempenho são tratados nos estudos de Beuren, Theiss e Carli (2013). Deve ser registrado que as conclusões desta pesquisa divergem dos resultados apresentados no estudo de Henri e Journeault (2010). Neste estudo, não foi percebida uma influência direta do ecocontrole ao desempenho econômico, e sim, indireta.

Portanto, existem lacunas e inconsistências deixadas nos resultados dos estudos anteriores. Assim, a presente pesquisa espera contribuir com o debate sobre as relações entre RSC, Desempenho Econômico Percebido e Ecocontrole, que têm como princípio a atuação das empresas que operam no setor petrolífero, já que este setor corre risco constante de prejudicar o meio ambiente. Desse modo, é importante um controle ambiental, para evitar futuras crises para as empresas que atuam neste segmento. A quantidade de investimentos em práticas ligadas à responsabilidade socioambiental tem apresentado grandes aumentos e conquistado maior relevância no âmbito mundial.

Este estudo entende que o assunto não está esgotado, pois existem lacunas a serem pesquisadas, como verificar se o ecocontrole contribui para o desempenho

econômico das empresas do setor petrolífero. Essa análise pode ser um elemento orientador do objetivo de estudo, confirmando, assim, a relevância do estudo, bem como torna o debate necessário e válido.

1.4.2 Justificativa prática

O estudo tem a sua contribuição prática, ao buscar compreender se o ecocontrole influencia a relação entre responsabilidade social corporativa e desempenho econômico no setor petrolífero. Esses aspectos poderão orientar as suas estratégias para poderem construir uma organização responsável com o meio ambiente e economicamente viável.

O setor abordado tornar-se importante para ser objeto de estudo, visto que o petróleo e o gás equivalem a 50% de todo o consumo energético nacional (TOLMASQUIM, 2012). É o setor que mais contribui na formação bruta de capital fixo dentro economia brasileira (SANT'ANNA, 2013). Dessa forma, possui uma importante função de encadeamento à frente da produção.

Para Mariano (2007), ao analisar as tendências da indústria de petróleo nacional, quanto à evolução da demanda e da produção de derivados de petróleo das últimas décadas, à situação das reservas nacionais de hidrocarbonetos e ao novo cenário institucional vigente, é possível prever que o petróleo e o gás natural continuarão a desempenhar um importante papel na matriz energética brasileira, por um longo período.

Para Sant'Anna (2013), o investimento em petróleo e gás, entre os anos de 2010 a 2013, é algo em torno de R\$ 340 bilhões. Esses investimentos foram orientados a refino, exploração e produção, transportes, energia e gás natural. O resultado sobre a formação bruta de capital fixo é significativamente maior, uma vez que proporcionará impactos sobre os demais setores da economia. Considera o autor que o desafio é capacitar toda a cadeia de fornecimento de bens e serviços dessa indústria de petróleo e gás, visando atingir níveis de competitividade em nível de comunidade global.

Isso implica dizer que os investimentos realizados pela indústria de petróleo e gás têm um importante papel de integrar uma ampla cadeia de fornecedores de serviços e bens. De fato, somente a Petrobras divulgou, em seu plano de negócio, que tem o objetivo de contratar sondas de perfuração, embarcações de apoio,

plataformas, incremento de quatro novas refinarias, aumento da capacidade de refino nas três refinarias já existentes e, ainda, inclusão de dutos para condução de gás natural (SANT'ANNA, 2013).

Também, a partir do momento em que se conseguem identificar as práticas e as ações de responsabilidade social corporativa realizadas pelas empresas do setor petrolífero, as instituições que participarão do estudo poderão se beneficiar estrategicamente, ampliando a sua capacidade de planejamento e desenvolvimento. Isso permitirá uma visão geral dessas práticas e ações de controle, sendo possível identificar os efeitos e as causas das estratégias utilizadas na gestão de RSC e no desempenho econômico dos negócios.

É importante ressaltar que as empresas poderão avaliar suas ações e práticas desenvolvidas, sistematizar programas contínuos e acompanhamento das atividades desenvolvidas, como forma de melhor subsidiá-los nas tomadas de decisões sobre a RSC, bem como avaliar as ações de ecocontrole e seu desempenho econômico.

Bon e Levy (2013) analisaram as metodologias utilizadas nas teses sobre RSC, e os seus resultados apontam a tendência dos pesquisadores brasileiros a utilizarem métodos qualitativos e estudos de caso. É importante destacar que esta pesquisa é de natureza quantitativa, fortalecendo essa lacuna destacada pelos autores. Pode, assim, contribuir com um referencial para consulta aos interessados pelo assunto, por meio das informações e dos resultados alcançados com a pesquisa.

Diante disso, espera-se que os resultados desta pesquisa propiciem uma reflexão a respeito da importância da responsabilidade social corporativa e do ecocontrole no desempenho econômico, que poderá ser relevante para outros estudos desta área.

1.5 TESE A SER DEFENDIDA

A relação entre a RSC e desempenho econômico tende a ser positiva, segundo vários autores: Waddock; Graves (1997), Carroll, (2000), Yeh, et al. (2014); Lee; Seo; Sharma (2013), Wang et al., (2014). Entretanto, não é uma unanimidade entre os pesquisadores, havendo contradição nos resultados dos estudos, visto que existem estudos que apresentam associações negativas, conforme Aupperle, Carroll

e Hatfield (1985), McWilliams e Siegel (2000), Simpson e Kohers (2002), Pena (2011). Um outro tipo de associação definido pelos pesquisadores, como associação neutra ou inexistente, em estudos como os de Ullman (1985) e Borba (2005). Assim, tomando-se como base a argumentação exposta, este trabalho defende a tese de que **o Ecocontrole é um fator que torna positiva a relação entre Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Econômico Percebido.**

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Neste capítulo, definem-se os pressupostos teórico-empíricos que direcionarão esta pesquisa. Procurou-se investigar e pesquisar assuntos essenciais para o estudo e apresentar as suas principais abordagens. Primeiramente, foi abordado o cenário e a evolução da Responsabilidade Social Corporativa. Segundo, conceitos e ações do Ecocontrole. No terceiro tópico, foi discutida a relação entre a RSC e Desempenho Econômico. No quarto tópico, a relação entre RSC e Ecocontrole e, no quinto tópico, a relação entre Ecocontrole e Desempenho Econômico.

2.1 O CENÁRIO E A EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Discute-se bastante, hoje, Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no cotidiano das instituições. Ocorre uma crescente insistência sobre a importância da RSE para a economia global. Weber (2008) e Junquera et al. (2012) destacam as vantagens competitivas resultantes das ações da RSE para as empresas. Nesse contexto, as organizações são encorajadas a trabalharem ativamente voltadas para a RSE, não apenas porque é uma possibilidade de negócio para elas no mundo de hoje, mas, em algumas situações, é um reflexo das expectativas de seus clientes, funcionários, sociedade e de mais partes interessadas (MARK- HERBERT; VON SCHANTZ, 2007).

Ashley (2002) e Coutinho e Macedo-Soares (2002) retratam os problemas sociais e ambientais, como: a falta de emprego, a exclusão social, a poluição, a exaustão de recursos naturais, a dificuldade dos governos em solucionar tais problemas, entre outros. Esse contexto tem pressionado as empresas a adotarem uma postura socialmente responsável na condução dos seus negócios.

Para Parente e Gelman (2006), as empresas começam a se dar conta de que realizar seus negócios com uma postura ética e socialmente responsável, transformando a realidade das comunidades nas quais estão inseridas, pode ser uma forma de agregar valor às suas atividades e fortalecer a sua imagem. Coutinho e Macedo-Soares (2002) defendem que as organizações têm um compromisso para com a sociedade e realizam a função de agentes morais. Assim, a ampliação dos

negócios precisa estar de acordo com os objetivos da sociedade, reforçando e analisando seus valores.

Segundo Kirschner (2006), as organizações têm um papel triplo, a saber: i) desenvolver um produto, ii) obter lucro e iii) a segurança da coerência entre os indivíduos que a constituem. Em caso de falhas em um desses papéis, sua existência fica comprometida. Figueiredo, Abreu e Casas (2009) ressaltam que o sucesso de uma organização não está exclusivamente atrelado à sua capacidade de produção, participação no mercado e inovação. Outros aspectos, como preço e a qualidade, podem ser afetados por ações que tenham prejudicado a sociedade ou ao meio ambiente.

Macedo et al. (2009) destacam como positivo o fato de as organizações adicionarem uma conduta ética e responsável, social e ambientalmente, às suas competências básicas, porque as empresas adquirem o reconhecimento dos indivíduos beneficiados por suas atividades, bem como o envolvimento de seus funcionários e a preferência dos consumidores.

Para Silva (2010), essa atuação da empresa não se trata apenas de filantropia ou desejo de ajudar, mas é entendimento de que, em um ambiente deteriorado, os negócios não poderão ser prósperos. Para as empresas atuarem de forma responsável é um bom negócio, uma vez que, de acordo com Tashizawa (2002), os consumidores priorizam interagir com organizações éticas, com agradável imagem institucional e que atuem de forma ecologicamente responsável. Essa é a nova realidade vivenciada pelo mercado, em que a sociedade está desenvolvendo uma consciência de natureza crítica e política adequada para exigir diversas ações sociais que partem das empresas. Essas organizações deverão direcionar suas marcas e ações estratégicas para o compromisso social, pois os consumidores de todo o mundo têm exigido atitudes claras e ações voltadas para o âmbito social, pois querem que as empresas que representam suas marcas de preferência tenham valores voltados para a responsabilidade social (BORDIN; PASQUALOTTO, 2013). Assim, segundo o Instituto ETHOS (2014), é essencial uma consciência global na preservação do meio ambiente. As organizações que adotem uma conduta socialmente responsável são poderosas agentes de mudança para construir um mundo melhor. Podem, com esta atitude, conquistar o respeito das pessoas e das comunidades onde são inseridas, cuja consequência resulta no o prestígio da sociedade. Dessa forma, a responsabilidade social torna-se uma estratégia para as

empresas que buscam ter compensação institucional derivada de suas práticas sociais.

Ainda sobre o termo RSE, é importante destacar que, na literatura, isso já era apontado, há bastante tempo, conforme Bowen (1953), que sugere aos empresários adotar políticas e a tomar decisões alinhadas com os objetivos das empresas e os valores sociais (FRAJ-ANDRÉS et al., 2012).

Para Souza e Costa (2012), no início século XXI, pode-se perceber uma crescente valorização das práticas de responsabilidade social, proporcionando uma nova postura empresarial, focada no relacionamento com a sociedade e nos impactos gerados sobre ela. Contudo, a adoção dessas práticas pelas organizações não é consenso entre os autores, sendo essa atacada, apoiada e fortemente discutidas por duas correntes teóricas diversas: a visão dos *shareholders* (acionistas) e a visão dos *stakeholders* (partes interessadas). A primeira defende a maximização da riqueza dos acionistas. Esse enfoque foi predominante nos séculos XIX e XX (FRIEDMAN, 1970; SUNDARAM; INKPEN, 2001). Nessa perspectiva, o objetivo da empresa é a maximização dos lucros. Já a segunda teoria defende a ideia de que o resultado final da atividade de uma organização empresarial precisa considerar os retornos que serão proporcionados a todos os seus *stakeholders*, e não somente focar os resultados para os acionistas (FREEMAN, 1984). O autor enfatiza que a gestão deve envolver a busca de recursos organizacionais e a consideração dos seus impactos em vários grupos de interesse, com foco dentro e extra organização. Destaca, ainda, que, na tomada de suas decisões, as empresas devem considerar os interesses de todos os grupos envolvidos, tanto os acionistas, quanto os credores, a comunidades, os funcionários e os fornecedores.

Segundo Frederick (1978), a responsabilidade das organizações supera a maximização de lucro. Nesta perspectiva, as corporações têm o comprometimento de trabalhar para promover a melhoria social. Heal (2005) afirma que a responsabilidade social empresarial desenvolve atitudes que diminuem os custos externos e evita conflitos. Ou seja, a ação seria antecipar e minimizar os conflitos entre as organizações e a sociedade. A maioria das definições de RSE dá ênfase ao fato de que as empresas têm de se sensibilizar com a sociedade, e eles revelam a natureza versátil da Responsabilidade Social Empresarial na sociedade (FRAJ-ANDRÉS et al., 2012).

Fischer (2003) considera que as transformações tecnológicas, econômicas e políticas globais comprometeram a vida social, gerando questionamentos acerca dos valores e da ética. Para a autora,

A responsabilidade social de uma empresa deve garantir seus compromissos de negócio, criando métodos, planos e incentivos, para que consiga colaborar com as expectativas de justiça da sociedade, excedendo as funções que estão estabelecidas em lei e os próprios interesses inerentes aos seus negócios (FISCHER, 2003, p. 21).

Santa Cruz (2006) menciona os desafios de delimitar a responsabilidade social no contexto empresarial, visto que ela assume diferentes práticas. A responsabilidade social empresarial trata da forma de condução dos negócios, partindo internamente da empresa e sendo incorporada aos seus valores e estratégia. É focada na cadeia de negócios e engloba preocupações direcionadas a um público maior, envolvendo acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente. Isto, em cuja demanda e necessidade a empresa deve tentar entender e incorporar aos seus negócios (SANTA CRUZ, 2006; SOUZA; COSTA, 2012).

Outra polêmica destacada pelos autores a respeito de a responsabilidade empresarial estar relacionada ao conceito de *marketing* social que aborda a “estratégia de negócios que busca criar uma imagem positiva da empresa, por intermédio da defesa de causas sociais, culturais ou ambientais” (BEGHIN, 2005, p. 30). Mas, não se pode sintetizar a RSE como *marketing* social. Embora importantes os seus aspectos mercadológicos, os resultados proporcionados pela RSE são bem maiores sobre a sociedade como um todo.

A RSE exige a sua incorporação à orientação estratégica da empresa visualizada por meio de desafios éticos para os diferentes dimensionamentos do negócio, podendo ser considerada uma das bases imprescindíveis ao alcance da sustentabilidade (ASHLEY, 2002). Na visão de Melo Neto e Froes (1999), essa responsabilidade integra o conceito de desenvolvimento sustentável inserida na dimensão social. Nas considerações desses autores, as dimensões econômica, ambiental e social compõem, juntas, os três pilares de tal conceito, devendo revestir-se da mesma importância.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) abrange definições e significados inumeráveis pelos diversos autores, tais como: cidadania corporativa,

filantropia corporativa, envolvimento da comunidade empresarial, cidadania global, comercialização relacionada com a causa, transparência corporativa (LICHTENSTEIN et al., 2013). O conceito foi evoluindo, e diferentes abordagens foram dadas de acordo com o período. Siqueira et al. (2009) facilitam esse entendimento histórico da evolução da RSC, ao apresentarem os avanços que ocorreram na teoria na visão de vários estudiosos em um quadro teórico, facilitando, assim, a visualização dos acontecimentos, observados no Quadro 1, que apresenta a evolução das principais ideias sobre a responsabilidade social corporativa.

Quadro 1 - Evolução teórica da responsabilidade social corporativa

Período	Principais autores	Ideias centrais sobre RSC	Acordos globais e certificações celebrados nesse período
1º Período: da Revolução Industrial até 1950.		Maximização do lucro, filantropia, paternalismo.	1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos.
2º Período: Década de 1950.	Bowen	Obrigação dos homens de negócios.	1959 – Declaração dos Direitos das Crianças.
3º Período: Década de 1960.	William C. Frederick, Milton Friedman, Clarence C. Walton	Razões parcialmente fora do interesse econômico.	
4º Período: Década de 1970.	Harold Johnson, George Steiner, Keith Davis, Richard Eels, Clarence Walton, S. Prakash Sethi, Lee Preston e James Post, Archie B. Carrol	Multiplicidade conceitual, Responsabilidade Social, Pirâmide da RSC.	1972 – Declaração de Estocolmo
			1972 – Os limites do crescimento (Clube de Roma).
5º Período: Década de 1980.	Thomas M. Jones, Frank Tuzzolino e Barry Armandi, Edwin M. Epstein, William Frederick C., R. Edward Freeman, Archie B. Carrol	Responsabilidade social como processo e ascensão de temas complementares, como desempenho social, ética nos negócios e gestão de <i>stakeholders</i> .	1987 – Relatório Brundtland.
6º Período: Década de 1990.	Archie B. Carrol	Diversificação e globalização, investimento social global, reputação corporativa, parcerias com a comunidade e política social.	1992 – Declaração do Rio;
			1992 – Além dos limites (Clube de Roma);
			1993 – Declaração de Viena;
			1997 – <i>Global Reporting Initiative</i> ;
			1997 – SA 8000;
			1997 – Código básico de práticas trabalhistas;
			1999 – Pacto Global;
			1999 – OSHAS 18001;
1999 - AA 10000.			

Período	Principais autores	Ideias centrais sobre RSC	Acordos globais e certificações celebrados nesse período
7º Período: Século XXI	Archie B. Carrol, Bryan Husted, Bittencourt e Carrieri, Xavier e Maranhão, Alves	Responsabilidade compartilhada, desenvolvimento sustentável, teoria da contingência do desempenho social corporativo.	2000 – Diretrizes para empresas multinacionais;
			ISO 14001;
			2002 – Carta da Terra;
			2002 – Metas do Milênio;
			2003 – Projeto Sigma;
			2004 – Diretrizes empresariais sobre Direitos Humanos (OCDE);
2010 – ISO 26000.			

Fonte: adaptado de SIQUEIRA et al., 2009.

Segundo Fraj-Andrés et al. (2012), a RSC é considerada um fator positivo para as empresas e seus negócios, sendo uma importante fonte de valor e riqueza, pois aumenta o seu poder de negociação sobre os agentes sociais e melhora as suas relações interdepartamentais.

Ofori e Hinson (2007) consideram que a responsabilidade corporativa é caracterizada pelo esforço empresarial deliberado, para melhorar a sociedade e manter o desenvolvimento sustentável do negócio. Já Muller e Kolk (2009) acreditam que a RSC continua a ser um conceito emergente em muitos países em desenvolvimento. Para os autores, o principal desafio é ir além da legislação. A legislação é considerada escassa nos estudos de Lichtenstein et al. (2013). Os autores atribuem que as poucas pesquisas acadêmicas têm conseguindo avançar pouco para as questões fundamentais, como as tipologias e os desafios do projeto de RSC, que permanecem inexplorados.

Embora debatido desde a década de 1930, o conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) evoluiu substancialmente, a partir da década de 1950. Incorporou conceitos, tais como os comportamentos morais e éticos, o respeito aos *stakeholders* e contribuição para o bem-estar social (SHELDON; PARK, 2010). As organizações precisam investir constantemente, de modo que não afetem o meio

ambiente, e gerar a inclusão social e integrar o progresso da comunidade. Para Carroll (1991) e Carroll; Buchholtz (2000), a Responsabilidade Social Corporativa deve ser vista a partir de quatro dimensões: econômica, legal, ética e a responsabilidade discricionária ou (filantrópica), conforme Figura 1:

Figura 1 - Tipologias da responsabilidade social



Fonte: CARROLL, 1991.

Dimensão Econômica: nesta dimensão, o lucro é considerado o principal motivo de existência da empresa.

Dimensão Legal: é definida a partir das normas e leis que cada organização deve seguir, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Dimensão Ética: é definida a partir de padrões, costumes, normas sociais, tradições e expectativas, que são definidos pela sociedade e a empresa como justos e corretos.

Dimensão Filantrópica: definida na literatura também como discricionária, volta-se para ações desempenhadas de forma voluntária, norteadas pela vontade de a empresa de contribuir socialmente.

De acordo Austin et al., (2004), as organizações, ao implantarem a RSE, passam por fases de estágios diferentes: iniciam com ações filantrópicas, pelas quais as organizações atuam com doações de recursos por meio de solicitação; seguidas do estágio transacional, quando as empresas realizam ações que proporcionam benefícios para ambos os lados, e, por fim, o integrativo, em que as organizações passam a ter alianças estratégicas, missões que se identificam e criação de valores para todos os participantes.

Para Mcwilliams; Siegel; Wright (2006), a análise da RSE é ainda embrionária e, assim, quadros teóricos, medição e métodos empíricos ainda não foram totalmente resolvidos. Além disso, esse tópico não pode ser analisado por meio de uma única perspectiva disciplinar. Para os autores, a RSE é terreno fértil para o desenvolvimento de teoria e análise empírica. O Quadro 2 apresenta uma seleção feita pelos autores de artigos teóricos e trabalhos empíricos sobre a RSE.

Quadro 2 - Artigos teóricos e trabalhos empíricos sobre a Responsabilidade social corporativa

Artigos teóricos sobre a RSE		
Autores	Perspectivas Teóricas	Chave do argumento/resultado
Friedman (1970)	Teoria de agência	RSE é indicativa de comportamento egoísta por parte dos gestores e, assim, reduz a riqueza do acionista.
Freeman (1984)	Teoria dos stakeholders	Gerentes devem adequar suas políticas para satisfazer vários constituintes, não só os acionistas. Essas partes interessadas incluem trabalhadores, clientes, fornecedores e organizações comunitárias.
Donaldson (1990)	Teoria de mordomia	Há um imperativo moral para os gerentes, para "fazer a coisa certa," sem considerar como tais decisões afetam o desempenho da empresa.
Donaldson e Preston (1995)	Teoria dos stakeholders	Salientou as dimensões morais e éticas da teoria dos stakeholders, bem como o business case para engajar-se em RSE.
Jones (1995)	Teoria dos stakeholders	As empresas envolvidas em transações repetidas com as partes interessadas, com base na confiança e cooperação, têm um incentivo para ser honesto e ético, desde que tal comportamento é benéfico para a empresa.
Hart (1995)	Visão baseada em recursos da empresa	Para determinadas empresas, responsabilidade social ambiental pode constituir um recurso ou capacidade que leva a uma vantagem competitiva sustentada.
Jennings e Zandbergen (1995)	Teoria institucional	Instituições desempenham um papel importante na formação do consenso dentro de uma empresa, relativo ao estabelecimento de uma " organização ecologicamente sustentável".

Artigos teóricos sobre a RSE			
Autores	Perspectivas Teóricas	Chave do argumento/resultado	
Barão (2001)	Teoria da firma	O uso da RSE, para atrair os consumidores socialmente responsáveis, é referido como RSE estratégico, no sentido de que as empresas fornecem um público, em conjunto com sua estratégia de marketing/negócio.	
Feddersen e Gilligan (2001)	Teoria da firma	Ativistas e ONGs podem desempenhar um papel importante na redução da assimetria de informação, no que diz respeito a RSE por parte dos consumidores.	
McWilliams e Siegel (2001)	Teoria da firma	Apresenta uma oferta/demanda de perspectiva sobre a RSE, o que implica que o nível ideal da empresa da RSE pode ser determinado por análise de custo-benefício.	
McWilliams, Van Frota e Cory (2002)	Visão baseada em recursos da empresa	Estratégias de RSE, quando apoiado por estratégias políticas, podem ser usadas para criar vantagem competitiva sustentável.	
Waldman, Siegel e Javidan (2005)	Teoria da firma / Teoria da liderança estratégica	Certos aspectos da liderança do CEO podem afetar a propensão das empresas a envolver-se em RSE. Executar estimulando intelectualmente CEOs de empresas faz RSE estratégica mais do que as empresas comparáveis.	
Trabalhos empíricos selecionados sobre a RSE			
Autor (es)	Metodologia	Natureza do evento/ação de RSE	Principais resultados
Abowd, Milkovich e Hannon (1990)	Estudo de evento	Decisões de recursos humanos	Sem um padrão consistente de aumento ou diminuição do preço das ações.
Worrell, Davidson e Souza (1991)	Estudo de evento	Programas de demissão	Investidores reagem negativamente a anúncios de demissões, especialmente quando eles são devido a dificuldades financeiras.
Clinebell e Clinebell (1994)	Estudo de evento	Encerramento	Longos períodos de avanço de resultado de fechamentos de planta, em prejuízos maiores em riqueza do acionista.
Posnikoff (1997)	Estudo de evento	Alienação da África do Sul	Valor para o acionista, alienação reforçada.
Wright e Ferris, (1997)	Estudo de evento	Alienação da África do Sul	Alienação teve um efeito negativo no valor para o acionista.
Teoh, Welch e Ouazzane (1999)	Estudo de evento	Alienação da África do Sul	Alienação teve um efeito neutro no valor para o acionista.

Artigos teóricos sobre a RSE			
Autores	Perspectivas Teóricas	Chave do argumento/resultado	
Aupperle, Carroll e Hatfield (1985)	Análise de regressão	Um índice de nível de empresa global de RSE	Existe uma relação neutra entre a RSE e rentabilidade.
McGuire, Sundgren e Schneeweis (1988)	Análise de regressão	Um índice de nível de empresa global de RSE	Rentabilidade prévia foi mais estreitamente relacionada à RSE do que a subseqüentes de desempenho.
Russo e Fouts (1997)	Análise de regressão	Desempenho ambiental	Há uma relação positiva entre o desempenho ambiental e o desempenho financeiro.
Waddock e Graves (1997)	Análise de regressão	Um empresa global-nível Índice de RSE – KLD dados	RSE que resulta em uma melhoria no desempenho da empresa.
McWilliams e Siegel (2000)	Análise de regressão	Um empresa global-nível Índice dos dados de RSE-KLD	Existe uma relação neutra entre a RSE e rentabilidade.
Hillman e Keim (2001)	Análise de regressão	"Questões sociais" RSE e "das partes interessadas Gestão de"RSE – Dados da KLD	"Gestão de stakeholders" RSE é positivamente correlacionada com a criação de riqueza dos acionistas (valor de mercado acrescentado); problemas sociais não representam RSE.

Fonte: adaptado de MCWILLIAMS; SIEGEL; WRIGHT, 2006.

Na visão de McWilliams; Siegel; Wright (2006), existem numerosos problemas teóricos e empíricos relacionados, não-solucionados com as implicações estratégicas da RSE, tais como: a definição de RSE; identificação das diferenças institucionais em RSE entre países; as motivações para a RSE; estratégias de RSE; os efeitos de modelagem da RSE nos grupos de empresa e as partes interessadas; determinação dos efeitos da liderança e cultura organizacional na atividade de RSE; análise dos efeitos da RSE nos grupos de empresa e as partes interessadas; mensuração da procura de RSE; mensuração dos custos, e avaliação da atual base de conhecimentos.

Essa falta de consistência no uso do termo RSE torna difícil comparar resultados de estudos, prejudicando a capacidade de entender todas as implicações

e consequências. Embora não haja consenso entre os autores sobre o conceito de RSC, o Quadro 3 apresenta uma síntese dos conceitos de autores mais citados na literatura.

Quadro 3 - Conceitos e autores de RSC mais citados na literatura

Autores/Ano	Conceito de RSC
Melo Neto e Froes (1999)	Responsabilidade social de uma instituição representa a disposição de vivenciar as ações comunitárias no local em que atua e minimizar prováveis falhas ao meio ambiente provenientes das atividades que exerce.
Carroll e Buchholtz (2000)	Responsabilidade social corporativa se divide em 04 níveis: "econômica, legal, ética e discricionária, partindo da obrigatoriedade, chegando à responsabilidade assumida por vontade e escolha própria", sob a perspectiva da responsabilidade.
Ashley (2002)	Responsabilidade social pode ser definida como compromisso que a organização deve ter com a sociedade, devendo ser expressa através de ações ou atitudes que tragam benefícios à comunidade e consiga atingi-la no maior nível possível.
Fischer (2003)	Responsabilidade social é um termo amplo pelo qual a empresa deve preservar seus compromissos de negócio, criando métodos, planos e incentivos, para que consiga colaborar com as expectativas de justiça da sociedade, excedendo as funções que estão estabelecidas em lei e os próprios interesses inerentes aos seus negócios.
Heal (2005)	Responsabilidade social empresarial envolve tomar ações que reduzam os custos externos ou evitem conflitos distributivos.
Santa Cruz (2006)	Responsabilidade social empresarial diz respeito à condução dos negócios, partindo do âmbito interno da empresa, sendo incorporada aos seus valores e estratégia.
Gallardo-Vázquez e Sanchez-Hernandez (2014).	A responsabilidade social empresarial das empresas regionais é uma variável multidimensional complexa, que se fundamenta em três dimensões: econômica, social e ambiental.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Portanto, há vários estudos que buscam conceituar e relacionar a responsabilidade social corporativa e os seus benefícios. Neste estudo, considera-se o trabalho de Gallardo-Vázquez e Sanchez-Hernandez (2014) para mensurar a RSC. Esse modelo proposto pelos autores é pioneiro e representa o primeiro passo na definição de uma escala, para dimensionar a RSE para as organizações em um contexto regional. O modelo de Gallardo-Vázquez e Sanchez-Hernandez (2014)

define a utilização de uma escala global para mensurar as variáveis econômicas, sociais e ambientais. A escala é considerada, pelos autores, simples e fácil de ser utilizada e tem sido referência em recentes estudos.

2.2 O SETOR DE PETRÓLEO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Um ponto comum nos estudos sobre RSC é a sua importância para os ambientes de negócios. García-Rodríguez et al. (2013) analisam as empresas que atuam no setor de petróleo em Angola. O objetivo do estudo é estabelecer a medida em que a adoção de RSE por uma petrolífera multinacional em um país rico em recursos em desenvolvimento (Angola) tem levado a melhorias no desempenho ambiental. Para Wiig e Kolstad (2010), as atividades de responsabilidade social das empresas petrolíferas, em Angola, parecem ser usadas estrategicamente pelas empresas para aumentar suas chances de ganhar licenças e contratos. Eles concluem, ainda, que as empresas multinacionais de petróleo têm pouco interesse em alterar o contexto institucional não transparente e não democrático. Os resultados do estudo de García-Rodríguez et al. (2013) reforçam o potencial da RSE, enquanto estratégia de negócios integrada para a melhoria da situação social e ambiental do País.

A implementação de uma abordagem de RSE é mais complexa nos países em desenvolvimento, uma vez que as empresas multinacionais são frequentemente confrontadas com um cenário dinâmico social, econômica, cultural e politicamente, que é completamente diferente dos países desenvolvidos (DOBERS; HALME, 2009).

Du e Vieira Jr. (2012) definem a indústria do petróleo como controversa e analisam as características de estratégias de RSE e táticas de comunicação de RSE de seis companhias de petróleo. Considerando as publicações no *site* das companhias de petróleo, no período 2011-2012, os resultados deste estudo apontam a interligação entre a estratégia de negócios, práticas de RSE e comunicação de SER, na tentativa de que empresas petrolíferas ganhem a legitimidade neste ambiente de controvérsia.

Segundo Mezher, Tabbara e Al-Hosany (2010), a principal fonte de poluição do ar, no País, vem da indústria de petróleo e gás, seguida de produção de eletricidade e dessalinização de água. Para os autores, a liderança em RSE e em tecnologias de energia sustentável, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos e da

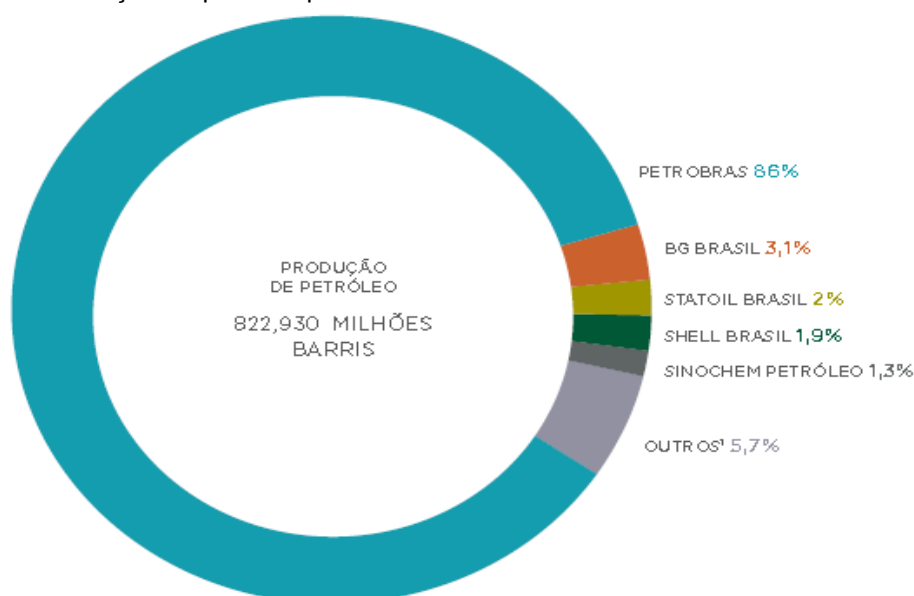
região, pode ser considerada como um ponto de referência para futuros projetos semelhantes na região e em todo o mundo.

A indústria do petróleo tem várias características únicas que a distinguem de outras indústrias e, devido à sua importância para a economia global, qualquer melhoria nos processos operacionais tem um impacto significativo na economia regional, nacional e global (PARAST; ADAMS, 2012). Ainda, em seus estudos, Parast e Adams (2012) diferenciam a indústria do petróleo das demais indústrias, por apresentarem os seguintes aspectos: 1) o número de fornecedores da indústria do petróleo é bastante limitado; 2) a sua matéria-prima é estável, e o preço do petróleo bruto varia significativamente; 3) o sistema de produção reversa na indústria do petróleo vários produtos (por exemplo, gasolina, diesel, etc), produzidos a partir de petróleo bruto; 4) a indústria do petróleo tem um custo de transporte relativamente elevado, em comparação com outros setores; 5) no processo de produção, a indústria do petróleo utiliza operações contínuas; 6) devido à falta de variedade de produtos, as principais fontes de rentabilidade vêm da redução de custos (produção, transporte) e eficiência; 7) dificuldade de compartilhamento de informações, apesar de alguns esforços para integrar os processos de negócios.

No Brasil, essa indústria passou por uma grande mudança no cenário petrolífero nacional, devido a descobertas na província do Pré-Sal, que fizeram do Brasil uma das principais referências de desenvolvimento dessa indústria, em todo o mundo. Os investimentos no setor petrolífero nacional cresceram significativamente e, na Petrobras, multiplicaram-se entre 2002 e 2012. A empresa, isoladamente, respondeu por 10% da Formação Bruta de Capital Fixo no País, em 2012 (LIMA, 2015).

Em 2014, a produção nacional de petróleo apresentou elevação expressiva de 11,4%, atingindo 822,9 milhões de barris (média de 2,3 milhões de barris/dia ante a produção média de 2 milhões de barris/dia em 2013). O Brasil ficou na 13ª colocação do *ranking* mundial de produtores de petróleo. Esse aumento da produção nacional é justificado pelo crescimento da produção do Pré-Sal, sendo responsável por 82,3% do aumento. Neste mesmo ano, a Petrobras manteve-se como a contratada que mais produziu petróleo e gás natural: 86% e 82% de participação no total, conforme Figura 2. Embora sua produção tenha aumentado, as outras concessionárias, como BG Brasil, Shell Brasil, Petrogal Brasil e Repsol Sinopec, também ampliaram a sua produção (ANP, 2015).

Figura 2 - Produção de petróleo por concessionária 2014



Fonte: ANP - Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis, 2015.

Assim, pode-se afirmar que a indústria petrolífera tem um grande impacto sobre a economia brasileira e movimenta toda uma cadeia produtiva, de forma bem singular. No entanto, também apresenta riscos ao meio ambiente e tem despertado estudos sobre a responsabilidade social mais voltados para o desempenho ambiental e para a sustentabilidade.

Sousa, Alves e Jerônimo (2014) investigaram os relatórios socioambientais de uma instituição petrolífera da cidade de Mossoró-RN, e seus resultados apontam que as ações de responsabilidade socioambientais podem auxiliar na elaboração do Balanço Social, tanto no modelo GRI (*Global Reporting Initiative*) como também no modelo IBASE. Já a pesquisa de Soares (2013) avaliou o desempenho ambiental na indústria de Petróleo em Mossoró/RN, baseando-se na Análise Envoltória de Dados (DEA). Seus resultados apontam que apenas 21,1% do montante de empresas pesquisadas são, por assim dizer, ineficientes sob o aspecto ambiental, e as variáveis, dentre as escolhidas, com maior influência para a consolidação da eficiência ambiental, foram a quantidade de energia, água e resíduos sólidos gerados.

O trabalho de Melo et al. (2015) pesquisou a responsabilidade social corporativa na cadeia de suprimentos de Petróleo e Gás Natural: o caso dos fornecedores da Petrobras. A pesquisa foi um estudo qualitativo de múltiplos casos. Os seus resultados indicam que, no aspecto da RSC, a Petrobras influencia, de

diversas maneiras, as empresas pesquisadas. Percebe-se que os critérios de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Gerencial da Petrobras atuam de forma superficial nas práticas de gerenciamento dos fornecedores, nas empresas da pesquisa.

Portanto, constata-se um número muito pequeno de estudos na indústria petroleira. As pesquisas estão mais voltadas para as práticas sociais, licenças ambientais, estudos de relatórios socioambientais, impactos que o setor provoca e a sustentabilidade social que as empresas devem adotar. Como esse setor tem muito a ser pesquisado, este estudo vem, portanto, buscar preencher uma destas lacunas.

2.3 RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E DESEMPENHO ECONÔMICO

As organizações são desafiadas a adotarem posturas e atitudes que as tornem mais eficientes e aumentem seus resultados e, conseqüentemente, seus lucros. A necessidade de inovação e o desenvolvimento e novas origens de recursos enaltecem a competição das empresas, exigindo delas que busquem se diferenciar dos seus concorrentes. Dessa forma, é necessário crescer, ter lucro e desenvolver o seu papel social, desafio para seus gestores e para as organizações que, em meio à atual crise que o Brasil e o setor petroleiro vêm enfrentando, têm que fazer cada vez mais, com menos recursos.

Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é um processo resultante de uma interação dinâmica entre os interesses sociais e econômicos dos diversos agentes integrantes da sociedade. As organizações que adotam políticas e práticas de RSC detêm uma visão sistemática da atuação empresarial, realizando conexões entre as conseqüências internas e externas de suas atividades, compreendendo que influenciam a vida das pessoas, da comunidade, do ambiente e são por eles influenciadas, determinando a sua sustentabilidade (PEREIRA; FENDRICH, 2009). Para Melo e Garrido-Morgado (2012), é indiscutível que a RSC alcançou um lugar de destaque nas práticas de gestão e na área acadêmica. Quando confrontado como um meio potencial - em sua forma mais preciosa de um ativo intangível difícil de copiar, a RSC tem provocado grande interesse de profissionais e estudiosos pelo assunto.

Dentre as pesquisas que contribuem para a relevância do tema Responsabilidade Social Corporativa (RSC), tratando da relação existente entre as organizações e o seu ambiente com as variáveis estratégicas, destacam-se as de Gallardo-Vazquez e Sanchez-Hernandez (2014). Vários olhares se desenvolveram sob a ótica da responsabilidade dentro das instituições norteadas pela RSC, cuja intenção era deixar evidente a sua responsabilidade, tanto em nível regional como em nível global (AVRAM; AVASILCAI, 2014).

A visão de RSC, como comprometimento contínuo, por parte das instituições, coopera para o desenvolvimento econômico, auxilia na melhoria da qualidade de vida de seus funcionários e de seus familiares, bem como da comunidade e sociedade de um modo geral (YEH et al., 2014). Essa visão responsável da empresa para com a sociedade também é defendida por Drucker (1993). Para o autor, a primeira demonstração de responsabilidade de uma instituição é visualizada por meio do seu desempenho econômico. Diz o autor que, se a instituição não tiver lucros suficientes para, no mínimo, cobrir os seus gastos, ela é socialmente irresponsável. Entretanto, não se tem esta como a exclusiva atribuição de responsabilidade de uma organização, visto que a instituição deve perceber os impactos que pode trazer ao meio social.

De acordo com Lerner (2006), a adoção de uma postura pró-responsabilidade social proporciona ganhos tangíveis para as instituições, sob a forma de fatores que agregam valor, reduzem custos e proporcionam aumento de competitividade. Agir de forma socialmente responsável inclui identificar e negociar as demandas dos funcionários, clientes, acionistas, fornecedores e comunidade, ou seja, seus *stakeholders*. Essas, sendo demandas atendidas, sob um critério ético, vão contribuir para a construção de uma reputação organizacional sólida (SOUZA, 2011).

Os efeitos da RSC estratégica sobre o desempenho econômico da empresa podem se materializar por meio de vários canais, como recompensa dos consumidores, dos funcionários e fornecedores e de seus investidores (BARON et al., 2009). Para os autores, esse fato ocorre, devido às partes interessadas valorizarem a RSC que a empresa fornece, os consumidores estarem dispostos a pagar por produtos e serviços de uma empresa que desenvolve RSC. Os funcionários podem ser mais produtivos, ou mesmo, aceitar salários mais baixos. Além disso, uma empresa de tenha responsabilidade social corporativa pode atrair

funcionários qualificados, melhores serviços e produtos, por meio da cadeia de abastecimento de empresas que também valorizam a RSC. Enfim, os seus investidores podem estar dispostos a pagar um prêmio por ações em uma empresa comprometida com a RSC.

Segundo Bortoluzzi et al. (2011), os dirigentes organizacionais podem ser auxiliados pelo desempenho econômico-financeiro, com informações e subsídios necessários às adequadas realizações de suas decisões, bastando, para tanto, a análise das demonstrações financeiras. Confirmando a visão Bortoluzzi et al., (2011), quanto aos indicadores financeiros, Fischmann e Zilber (2009) falam desta importância dos mesmos e da avaliação de desempenho para dar suporte aos tomadores de decisão e para definição do planejamento estratégico.

É necessário, também, ter-se a atenção para aspectos além do desempenho financeiro, ou seja, avaliar as pessoas e os processos envolvidos na organização, os acionistas e sócios, os funcionários, o meio ambiente e a sociedade (BORTOLUZZI et al., 2011). Por isso, a análise, além do desempenho econômico-financeiro, deve ser realizada pelas instituições, possibilitando a verificação de benefícios sociais disponíveis à sociedade. Isso irá demonstrar aos usuários a forma como orientam os seus recursos, colaborando com as estratégias institucionais.

A avaliação de desempenho de organizações, por meio de indicadores econômico-financeiros, aborda perspectivas econômicas de empresas, sendo mais usualmente utilizada, a fim de identificar o desempenho empresarial. A avaliação de desempenho pode ser utilizada ainda como uma ferramenta de apoio ao gestor empresarial no mercado competitivo. Um outro instrumento de suporte ao gestor é, sem dúvida, a análise de demonstrações contábeis, que possibilita auxiliar o gerenciamento de indicadores econômico-financeiros, facilitando o processo de análise de desempenho e a decisão dos gestores (BORTOLUZZI et al., 2011).

Portanto, a avaliação de desempenho empresarial tem sido considerada como imprescindível, para que as organizações se mantenham competitivas. À superveniência da alta concorrência, as empresas são forçadas a reduzir suas margens de lucro e a fundamentar suas decisões (WERNKE; LEMBECK, 2004).

Muitos estudos buscaram identificar essa relação entre RSC e desempenho econômico, por ser um assunto bastante discutido, porém, ainda não existe um consenso sobre sua relação e influência. Estudos, como os de Mustafa, Othman e Perumal (2012), Lee, Seo e Sharma (2013), Wang et al. (2014), Mallin, Farag e Ow-

Yong (2014) mensuraram o impacto da RSC sobre o desempenho financeiro de organizações de Taiwan, Malásia, Estados Unidos e islâmicas. Defendem Mustafa, Othman e Perumal (2012) que o efeito da RSC, atuando em relação ao desempenho financeiro, precisa de maior atenção.

No Brasil, Pena (2011) analisou 96 empresas e aplicou estudos de regressão, que buscaram entender a relação entre a divulgação de ações e práticas de responsabilidade social e o desempenho financeiro. Seu estudo descobriu uma associação estatística negativa entre RSC e desempenho econômico, independentemente de causalidade. As organizações que apresentavam melhor RSC eram as que possuíam menor desempenho financeiro, e as que possuíam maior rentabilidade, apresentavam menor divulgação de suas atividades de responsabilidade. Destaca, ainda, em um quadro teórico, estudos entre RSC e desempenho, que apresentam resultados positivos, negativos e neutros. Este estudo selecionou apenas as pesquisas citadas por Pena (2011), no período de 1985 a 2011, conforme e mostrado no Quadro 4.

Quadro 4 - Relação de estudos que evidenciam relações positivas, negativas e neutras entre RSC e desempenho econômico

Estudos que evidenciam uma relação positiva entre RSE e Desempenho Financeiro	
Autores/Ano	Resultados
Waddock e Graves (1997)	Ocorre uma associação positiva entre a RSE e a performance financeira anterior e posterior.
Stanwick e Stanwick (1998)	Existe ênfase que suporta uma relação forte entre rentabilidade e performance social.
Ruf et al. (2001)	Ocorre benefícios de curto prazo, decorrentes das práticas de SER.
Simpson e Kohers (2002)	A evidência sustenta a hipótese de uma relação positiva sólida entre as performances.
Van de Velde et al. (2005)	Os portfólios mais sustentáveis mostraram um desempenho superior, devido ao curto horizonte, de amplitude não significativa.
McPeak e Tooley (2008)	O portfólio DJSI produziu considerados retornos do que o Standard and Poor's 500.
Buys et al. (2010)	Ocorre uma associação positiva e significativa entre o desempenho financeiro e a adoção dos critérios dos DJSI.
Samy et al. (2010)	Uma associação fraca e positiva, entre as práticas de RSE e o desempenho financeiro.
Lourenço et al. (2011)	As instituições com incentivos para desenvolver um elevado nível de RSE, mas que não estão comprometidas, são penalizadas pelo mercado.

Estudos que evidenciam uma relação negativa entre RSE e Desempenho Financeiro	
Autores/Ano	Resultados
McWilliams e Siegel (2000)	O desempenho social está relacionado com o nível de investigação e desenvolvimento, que é um determinante do desempenho financeiro.
López et al. (2007)	Ocorre ênfase de que as diferenças no desempenho das organizações são atribuídas a práticas de RSE. Essas práticas geram um efeito negativo de curto prazo no desempenho financeiro das organizações.
Estudos que evidenciam uma relação neutra ou inconclusiva entre RSE e Desempenho Financeiro	
Autores/Ano	Resultados
Davidson e Worrell (1990)	Os resultados encontrados mostram que os retornos contábeis não são sensíveis ao desempenho social das organizações.
Barnett e Salomon (2002)	Ocorre uma relação curvilínea entre o ISR e o desempenho financeiro, o que pode sugerir uma relação complementar entre as variáveis.

Fonte: adaptado de PENA, 2011.

Em uma tentativa de generalizar a forma de mensuração da RSC no desempenho e sucesso competitivo, Gallardo Vazquez e Sanchez-Hernandez (2014) criaram uma escala para mensurar essas relações. A RSC é avaliada mediante as dimensões sociais, econômicas e ambientais, que estão sendo utilizadas no presente estudo. Entretanto, embora reconheça que existe uma relação entre RSC e desempenho nas instituições, Wang et al. (2014) falam da falta de acordo entre os pesquisadores e acrescentam que é possível encontrar pesquisas com resultados de uma influência na relação entre as variáveis positiva, negativa e neutra. Ou seja, os resultados não são conclusivos. Portanto, ainda existe uma vasta lacuna a ser preenchida. Neste estudo, utilizou-se o modelo de Henri e Journeault (2010), para mensurar o desempenho.

2.4 CONCEITOS E AÇÕES DO ECOCONTROLE

As organizações são conduzidas a reconhecerem o impacto que suas ações geram em termos sociais e ambientais, o que significa um comprometimento de maior dimensão do que seus resultados econômicos, anteriormente ponto único de atenção (KATRINLI; GUNAY, 2011). Assim, a sociedade e o mercado têm cobrado uma postura socialmente responsável das organizações, no sentido de minimizar as desigualdades sociais e os impactos negativos causados por alguns setores da

economia, no desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, o objetivo das organizações deixa de ser exclusivamente o lucro e passa a ser socioambiental.

Apesar de acreditar que a RSC seja uma forma de direcionar um negócio, é possível perceber que algumas empresas ainda não se importam com o assunto e nada fazem para mudar as suas práticas. Contudo, grande parte destas realiza ações necessárias a satisfazerem a exigência da legislação e a compensarem os impactos gerados, existindo, ainda, uma pequena quantidade que alcança incorporar essas práticas em sua filosofia.

Na visão de Porter e Kramer (2006), muitas companhias só acordaram para a importância do tema devido às pressões, lembrando o emblemático caso da empresa Nike, que recebeu acusação de fazer uso de trabalho infantil, ou das empresas petrolíferas, diante de seus sucessivos acidentes, que trazem imensos prejuízos. Para os autores citados, o grande desafio para as organizações é quantificar as consequências de suas ações, não só no respectivo entorno imediato, mas em uma perspectiva de longo tempo, onde sejam criadas capacidades para antecipar resultados. Nesse contexto, Melo Neto e Froes (1999) destacam que as ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) podem ser vistas como uma prestação de contas da empresa para com a sociedade. Uma vez que a matéria-prima que as organizações utilizam faz parte do “patrimônio da humanidade” e, ao utilizá-las, a organização contrai uma dívida para com a sociedade.

Corroborando a ideia de Melo Neto e Froes (1999), Doraine (2007) defende que a responsabilidade social implica na obrigação com a sociedade, que assume diversas formas, dentre as quais: a de proteção ambiental; projetos filantrópicos e educacionais; planejamento da comunidade; equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, e de conformidade com interesse público.

As vias do mercado e do lucro estão cada vez mais trafegáveis para as organizações que não poluem, poluem menos ou deixam de poluir - e não para as que desprezam os aspectos ambientais com o propósito exclusivo de super dimensionar seus lucros e dividir com a sociedade os prejuízos (NOVAES, 1991). Os lucros e os rendimentos das organizações são profundamente influenciados pela sua capacidade de antecipar e reagir frente aos contextos social e político, que ocorrem em seu ambiente de negócios (DORAINE, 2007).

No contexto dos negócios, a iniciativa social é definida como qualquer programa, prática ou política realizada por uma empresa em benefício da sociedade

(BRØNN; VIDAVER-COHEN, 2008). Conforme Hess, Rogovsky e Dunfee (2002), as iniciativas sociais incluem, não só a prática tradicional da filantropia empresarial, mas também podem abranger uma variedade de formas e pontos de foco, que vão desde suporte corporativo para a formação e educação de jovens e adultos em comunidades locais, para programas de âmbito nacional, ajudando beneficiários da previdência social a conseguirem emprego e esforços globalmente concentrados, que fornecem ajuda aos países em desenvolvimento. Para Valle (2002), os instrumentos utilizados para alcançar a qualidade ambiental são, em essência, idênticos aos utilizados pela organização para assegurar sua qualidade de produção: educação, treinamento, plano de ação e metas, controle da documentação, organização e limpeza.

Para as empresas atingirem os resultados desejados, é fundamental o comprometimento de todos, e que as obrigações se apresentem por meio de percepções, ações, projetos e comportamentos que estejam relacionados com aspectos culturais, sociais, políticos, ambientais, éticos e, ainda, econômicos.

O desenvolvimento dos investimentos socioambientais enaltece a relação entre responsabilidade social e a valorização dos papéis da empresa. De acordo com Rezende, Nunes e Portela (2008), o mercado acionário vem buscando novos meios de investimentos de seus fundos, os quais proporcionam engrandecimento do retorno aos *stakeholders* e uma minimização do risco. Dentre os meios existentes para o investimento, destacam-se os socioambientais, que surgiram com a carência que os *stakeholders* possuíam, de encontrar alternativas para seus investimentos, direcionando a empresa a um desenvolvimento sustentável, social e com práticas de governança corporativa (KAVESKI; MARTINS; HEIN, 2014). Para os autores, o balanço social é um instrumento de evidenciação da responsabilidade social corporativa e um meio pelo qual as empresas podem demonstrar a transparência de suas atividades corporativas, apresentando três principais indicadores: indicadores sociais internos (ISI); indicadores sociais externos (ISE), e os indicadores ambientais (IA), somando-se à perspectiva de possibilitar uma melhora na qualidade ambiental (IBASE).

Pesquisadores, como Orellano e Quiota (2011), relatam a indisponibilidade de dados que retratem o desempenho, sob a ótica qualitativa e quantitativa, das práticas de RSE. Considera-se esta uma das dificuldades nas pesquisas. Mas, no seu estudo, utilizaram-se, como base de dados, as empresas cujos balanços sociais,

entre os anos de 2001 e 2007, foram publicados e que possuem capital aberto, sendo listadas na Bovespa, como indicadores socioambientais. Fizeram uso dos dados oriundos dos balanços sociais das empresas, que se encontravam disponibilizados no banco de dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Esse modelo é fundamentado em indicadores qualitativos e quantitativos. O estudo foi embasado em categorias que abrangiam critérios quantitativos, com 43 fatores e 8 fatores que atendiam aos critérios qualitativos. No modelo econométrico, foram estimadas variáveis de desempenho socioambiental e os investimentos sociais internos e externos, bem como os investimentos com o meio ambiente. Foi possível identificar uma correlação positiva e significância estatística entre o investimento social interno das instituições e os índices financeiros contábeis, como Retorno sobre o ativo (ROA) e Retorno sobre o investimento (ROE). Já os investimentos sociais externos e o investimento em ações responsáveis ambientalmente não mostraram explicações claras da ocorrência de um efeito no desempenho financeiro no curto prazo.

As empresas que utilizam como matéria-prima os recursos naturais ficam passíveis de constantes cobranças quanto à questão da sua responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, os relatórios socioambientais buscam evidenciar as melhores práticas e políticas voltadas para o meio ambiente e a sociedade (SOUSA; ALVES; JERÔNIMO, 2014). Para Barbieri (2007), decidir o que expor nos relatórios ambientais não é algo fácil e depende de como os dirigentes da empresa entendem a responsabilidade socioambiental, assim como quais os objetivos a empresa quer alcançar. Essa é uma decisão que cabe à organização, decidir o que expor em seus relatórios, cabendo aos clientes a disposição de consumir, ou não, determinado produto ou serviço.

O ecocontrole é uma alternativa que dá suporte às empresas, para controlar suas ações e práticas ambientais. Por meio dele, é possível gerar e controlar as informações que podem auxiliar no processo de decisão. Simons (1990) define o ecocontrole como procedimentos e sistemas formalizados que utilizam informações financeiras e ecológicas, para manter ou alterar os padrões de atividade ambiental.

Ainda na visão de Simons (1995), quando o ecocontrole é utilizado para monitorar o cumprimento de políticas, metas e regulamentos, suporta a realização dos objetivos ambientais pré-estabelecidos e é possível acompanhar os desvios de regulamentos (SIMONS, 1995). O ecocontrole, para Langley (1990), representa uma

fonte de informação que fornece dados para a tomada de decisão interna, ou seja, pode proporcionar suporte para as decisões gerenciais.

De acordo com Henri e Journeault (2010), o ecocontrole pode contribuir para o desenvolvimento e manutenção de capacidades organizacionais, gerando uma vantagem competitiva sustentável e proporcionando um desempenho superior. O uso de ecocontrole como uma ferramenta de monitoramento também representa um instrumento de comunicação entre gerentes e subordinados, para compartilhar informações sobre questões ambientais.

Na visão de Henri e Journeault (2010) o ecocontrole representa o uso de métodos de controles financeiro e estratégico, para a garantia da gestão ambiental. É utilizado para quantificar as ações ambientais de uma organização e a integração das preocupações ambientais nas rotinas organizacionais. Portanto, as ações ambientais podem manter efeitos positivos, quando monitoradas dessa forma. Um fator preponderante para garantir uma boa execução é a existência de controles sobre essas ações dentro das organizações.

2.5 RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E ECOCONTROLE

A organização deverá pronunciar seus valores e priorizar suas ações, de tal forma a melhor atender as demandas legítimas, econômicas, ambientais e sociais da sociedade (PARK; LEE; KIM, 2014). As empresas modernas aceitam não só a responsabilidade social das corporações, mas também utilizam essas iniciativas de RSC como ferramentas de gestão importante (PARK; LEE; KIM, 2014).

As empresas percebem que, por meio das ações de responsabilidade social, podem chegar aos resultados de longo prazo, tornando-os solidamente construídos e legitimados pelos *stakeholders*. Essa legitimação construída cria um círculo de envolvimento entre a organização e seus *stakeholders*. De um lado, encontram-se os *stakeholders* que, sendo reconhecedores das práticas éticas e socialmente responsáveis das organizações, escolhem por manter envolvimento com estas. Por outro lado, as organizações, ao reconhecerem os *stakeholders* como fundamentais para a sua sobrevivência, investem continuamente em ações de cunho social visando atender às diversas demandas. Essas ações fortificam as percepções

positivas a seu respeito, o que cria preferência dos *stakeholders* por elas e, dessa forma, o círculo se repete (SOUZA, 2011).

Costa e Menichini (2013) reforçam o papel dos *stakeholders*, ao falarem sobre os retornos dos negócios e das práticas de RSE, tais como a fidelidade do cliente e melhoria da imagem da empresa, que vai depender de como as partes interessadas percebem o compromisso social da organização. Para eles, os interessados podem penalizar as organizações que se apresentam como socialmente responsáveis, mas são reconhecidas como irresponsáveis socialmente, a tal ponto que as partes interessadas devem ser envolvidas na atividade de planejamento da RSC.

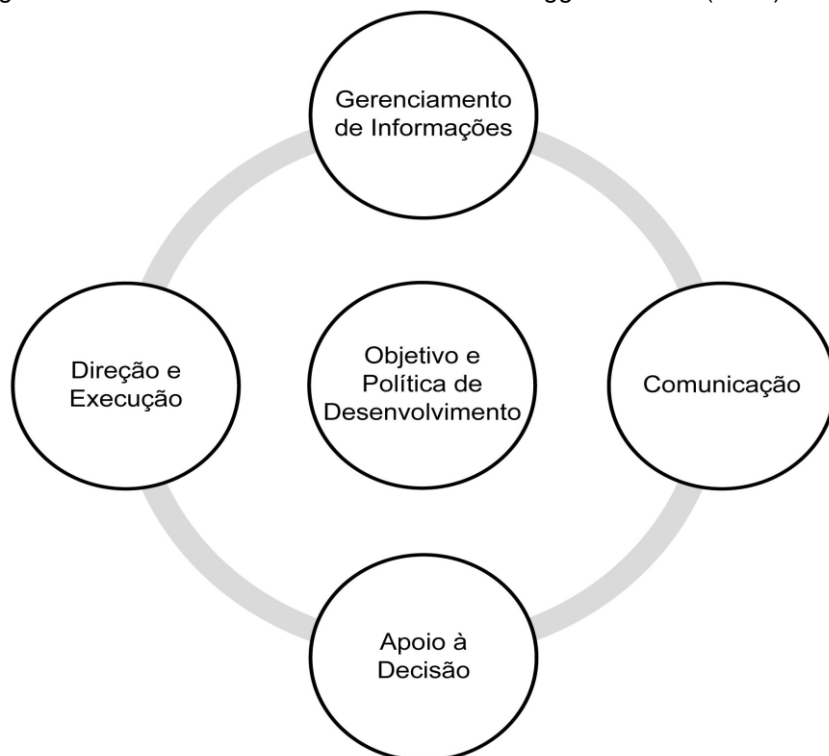
De acordo com Darus, Othman e Arshad (2014), a RSC requer organização, para agir de forma responsável, especificamente fazer com que suas ações causem menos danos à sociedade e ao meio ambiente. Os autores supracitados enfocam que a divulgação da RSC como as informações divulgadas pelas empresas em relação às suas atividades de responsabilidade social, aspirações ou imagem pública, especificamente no que diz respeito às questões ambientais, comunidade, trabalhadores e consumidores. Logo, essa divulgação da RSC deve atender aos seguintes aspectos: mostrar transparência, responsabilidade da instituição e suas ações de sustentabilidade. A transparência refere-se à informação fornecida pela organização, por meio de seu mecanismo de informação sobre todos os efeitos das ações tomadas pela organização. Prestação de contas envolve a responsabilidade pelos efeitos das ações tomadas pela organização. Assim, este conceito exige uma organização para relatar a quantificação dos efeitos de suas ações a todas as partes interessadas afetadas por essas ações. Em outras palavras, os relatórios e informações divulgados pelas organizações sobre suas atividades devem conter características importantes, como compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. A sustentabilidade refere-se a ações tomadas por uma organização, que afetam seu ambiente externo, o que exige que corporações sejam socialmente responsáveis não só para os presentes, mas também para os futuros membros da sociedade (ARAS; CROWTHER, 2007).

Para Piest e Ritsema (1993), é necessária alguma forma de medida, para determinar se a estratégia projetada foi implantada na empresa, por meio da função do controle. Para os autores, o controle é importante para ver se os planos desenvolvidos foram implementados, e se surgiram outras atividades que não são parte da implementação da estratégica.

A gestão de controle foi definida por Anthony, em 1965, como o processo pelo qual os gerentes garantem que os recursos sejam obtidos e utilizados, de forma eficaz e eficiente, na realização dos objetivos das organizações, considerado como uma função chave da gestão empresarial (HEGGEN, 2014). Langfield-Smith (1997) considera essa definição do controle, de Anthony, limitada no seu âmbito e sugere um foco em controle com base em planejamento de contabilidade, monitoramento e medição de desempenho e, conseqüentemente, a separação do controle de gerenciamento e do controle estratégico e operacional.

Segundo Schaltegger e Burritt (2000), o ecocontrole é definido como um procedimento formal e o sistema que usa informações financeiras e ambientais para gerenciar atividades ambientais. Para os autores, por se tratar de um conceito multidimensional, pode ser dividido em cinco procedimentos, tais como: objetivo e política de desenvolvimento; gerenciamento de informações (ambiental, contabilidade e relatórios); apoio à decisão; direção e execução; comunicação interna e externa, como se pode observar na Figura 3.

Figura 3 - O conceito de Ecocontrole de Schaltegger e Burritt (2000)



Fonte: SCHALTEGGER; BURRITT, 2000.

Colaborando com o pensamento de Schaltegger e Burritt (2000, HEGGEN 2014) conceitua o ecocontrole como sistemas organizacionais formalizados e preocupados com os impactos ambientais relacionados com os recursos financeiros de uma empresa. Ainda, na visão de Burritt e Schaltegger (2010), a gestão do controle fornece informações aos gestores, para a tomada de decisões, independentemente de se o objetivo da empresa, na implementação de uma estratégia de RSC, é vantagem competitiva, legitimidade, gestão da reputação, conformidade às pressões da indústria, uma suposta preocupação ambiental ou uma tentativa de preservar os recursos.

Para Arjaliès e Mundy (2013), o foco de longo prazo da estratégia de RSC significa que suas atividades cada vez mais são tratadas pelas organizações como uma forma de investimento estratégico. Uma maior compreensão de como a gestão de controle permite que os gerentes de controle e estratégia de RSC monitorem é necessária para fornecer *insights* sobre o papel de controle na transformação de práticas empresariais e no gerenciamento de ameaças e oportunidades relacionadas com a RSC. Para Burritt e Schaltegger (2010), a RSC é acompanhada pela incerteza estratégica, porque introduz novos negócios de risco e oportunidades que devem ser gerenciadas.

As organizações também precisam monitorar e controlar os custos relativos às atividades de RSC, porque a capacidade de muitas empresas, para identificar e internalizar os benefícios líquidos da RSC, é um fator crítico de sucesso para manter uma vantagem competitiva (ARJALIÈS; PONSSARD, 2010).

Apesar da imprecisão do conceito, a idéia básica, por trás do uso atual da responsabilidade social corporativa, é que as organizações assumam a responsabilidade para além do nível de conformidade legal com as questões ambientais, socioculturais e econômicos. Três motivos explicam esse comportamento. Em primeiro lugar, a partir de um ponto de vista neoclássico, essas ações são realizadas nos esforços simples, para aumentar as vendas e ganhar vantagem competitiva. Esse ponto de vista também é referido como instrumental e econômico (GARRIGA; MELÉ, 2004; HEIKKURINEN; KETOLA, 2012). O segundo motivo, a economia institucional, enfatiza o papel das instituições criadas pelo homem na formação do comportamento econômico (HEIKKURINEN; KETOLA, 2012). A maioria das empresas prefere a autorregulamentação pela regulamentação institucional e começam a cooperar voluntariamente com os *stakeholders*

poderosos. Essas empresas tentam otimizar seu valor às partes interessadas, focando, assim, para maximizar seu valor para o acionista no longo prazo. Esse ponto de vista também é referido como integrativo ou cidadania corporativa. O terceiro motivo, a economia de desenvolvimento e / ou economia ecológica, poderia, talvez, em geral, ser chamada de economia de consciência (HEIKKURINEN; KETOLA, 2012). Esse conceito foi sugerido pela primeira vez como base para as escolhas de compra dos consumidores, mas as empresas e todo o sistema econômico podem adotá-lo como um substituto para a economia neoclássica e institucional. Esse ponto de vista também é referido como política e ética (GARRIGA; MELÉ, 2004; HEIKKURINEN; KETOLA, 2012).

Apesar de alguns estudos apontarem que não ocorrem muitos ganhos para os consumidores de produtos socialmente responsáveis, pois os consumidores, em sua grande maioria, não se beneficiam diretamente de atividades de RSC e ações filantrópicas das organizações, a maioria dos consumidores pensa de forma positiva a respeito das organizações que investem seus recursos financeiros e outros para a melhoria da sociedade. Quando uma empresa se envolve em filantropia corporativa, os consumidores, provavelmente, concluem que é genuinamente preocupada com o bem-estar da sociedade, para além de seu desejo de obter lucros. Quando isso acontece, a empresa constrói confiança e benevolência social. Essa confiança é essencial nas relações em qualquer ambiente de negócio. Por isso, as empresas que têm um controle melhor sobre as suas ações ambientais podem ter os seus esforços de RSC reconhecidos e melhor recompensados sob o efeito do ecocontrole.

2.6 RELAÇÃO ENTRE ECOCONTROLE E DESEMPENHO ECONÔMICO

Na visão de Henri e Journeault (2010), o ecocontrole não manifesta um efeito direto sobre o desempenho econômico. Mas, um efeito mediador é observado no desempenho ambiental sobre a relação ecocontrole e desempenho econômico, sendo observado em diferentes contextos. Os autores, em sua pesquisa, apontam para resultados de uma influência indireta do ecocontrole no desempenho econômico.

Ainda, na visão de Henri e Journeault (2010), publicações na área de contabilidade gerencial surgem uma relação positiva entre ecocontrole e desempenho econômico. Essa relação pode ser encontrada nos estudos de autores,

como (BAINES; LANGFIELD-SMITH, 2003; BONNER, et al. 2000; SAID, ELNABY; WIER, 2003).

Para Piest e Ritsema (1993), o controle estratégico é mais do que apenas controle financeiro. Ao falar sobre controle, eles atribuem uma grande importância aos indicadores financeiros. Destacam que, para um grande número de empresas, o sucesso de uma estratégia é determinado com base em dados financeiros, tais como retorno sobre o investimento (ROI), custo de trabalho por empregado, retorno sobre as vendas (ROS). Segundo os autores, esses números são importantes ao avaliar a posição da empresa que começa com a estratégia e termina com uma situação financeira, depois de tudo.

Sob o ponto de vista econômico, o ecocontrole pode apoiar o desempenho econômico, fornecendo informações incrementadas. Ao incorporar as informações relativas a ações gerenciais e às questões ambientais que não são totalmente captadas em resultados financeiros, o ecocontrole pode melhorar a contratação e o desempenho econômico (HEMMER, 1996).

Langley (1990) chama atenção para o papel dos gestores em supervisionar as questões estratégicas e operacionais, que requerem informação para apoiar os seus processos analíticos sobre questões em que estão tomando a liderança ou a explorar idéias propostas por outros. O ecocontrole é usado como um facilitador, durante o processo de tomada de decisão, e contribui para o desempenho do meio ambiente. Os gerentes precisam de uma considerável quantidade de informações de relatórios de seus ecocontroles, para darem suporte às decisões relacionadas com a redução de custos, processos e produção eficiente, conformidade regulatória e de produtos melhoria (EPSTEIN, 1996).

As organizações estão, cada vez mais, em busca da utilização de sistemas de aferição de desempenho, com o propósito de controlar inéditas métricas não financeiras, tais como a satisfação dos seus clientes, os funcionários, a sua qualidade, a sua participação no mercado, a produtividade e a inovação (SAID, ELNABY e WIER, 2003). Baines e Langfield-Smith (2003) defendem, em seu estudo, a relação entre ecocontrole e desempenho econômico das organizações. Abordam, também, a premissa de que o ecocontrole poderá dar suporte ao desempenho econômico, atuando como um instrumento de subsídio de informações acerca da incorporação de práticas gerenciais, bem como de assuntos ambientais que não são obtidos em resultados financeiros.

Os autores também afirmam que é possível ocorrer uma contribuição no desenvolvimento de capacidades organizacionais que contribuem para uma vantagem competitiva sustentável e um desempenho superior ao esperado no planejamento.

De acordo Journeault (2010), o mundo passa por uma crise econômica e mudanças climáticas, e as organizações têm duas grandes preocupações reais, cujo desafio é conciliar as duas. Na prática, as organizações são forçadas a superarem o impacto econômico, promovendo o desenvolvimento de processos e produtos sustentáveis. Este tem sido o cerne de numerosos debates e questionamentos por gerentes e estudiosos sobre este impacto da implementação de estratégias ambientais na competitividade organizacional. O autor propõe em seu estudo analisar o potencial do ecocontrole, para promover recursos ambientais e analisar o seu impacto sobre o desempenho ambiental e econômico das organizações, a partir da visão baseada em recursos naturais.

Portanto, os estudos de Journeault (2010) apresentam implicações importantes para as práticas de gestão e chamam a atenção para a importância estratégica, para que os gestores implementem estratégia de ecocontrole, com ênfase na sua capacidade de apoiar o desenvolvimento de recursos ambientais, tais como: eco-aprendizagem; contínua inovação ambiental; visão compartilhada ambiental, e gestão de *stakeholders*, que, por sua vez, contribuam não só para a criação de uma vantagem competitiva sustentável, como também para a melhoria ambiental. No entanto, existem ainda muitas lacunas a serem entendidas, e o debate continua válido.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ciência, como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível (GIL, 2008), constitui conhecimento. Lima (2004) afirma que, para aprender a ciência, é necessário praticar a pesquisa, que só se faz, trabalhando o conhecimento, a partir das fontes apropriadas a cada tipo de objeto.

A pesquisa é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e constitui o caminho para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais (MARCONI; LAKATOS, 2001).

Neste capítulo, são definidos os procedimentos metodológicos que orientam esta tese. O presente trabalho procura analisar se há influência do ecocontrole na relação entre responsabilidade social corporativa e desempenho econômico, no setor petrolífero. Inicialmente, expõem-se as estratégias da pesquisa, as definições constitutivas e operacionais das variáveis, a população e a amostra do estudo, bem como a análise estatística dos dados.

3.1 ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO DA PESQUISA

A estratégia de pesquisa aponta o caminho metodológico percorrido para a execução do estudo. Como estratégia de pesquisa, para analisar os objetivos propostos nesta tese, o presente estudo é uma pesquisa explicativa, visto que se concentra em buscar possíveis relações entre as variáveis estudadas. Faz-se isto, no intuito de descobrir e descrever as características do fenômeno em questão (RICHARDSON, 1999).

Em relação à abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como quantitativa. Conforme Gonçalves (2005), conceituando enfoque quantitativo, define que, neste, “coletam-se e quantificam-se os dados e opiniões, mediante o emprego de recursos e técnicas estatísticas”, conjugando tanto as mais simples como as de maior grau de complexidade.

3.2 DESIGN DA PESQUISA

Primeiramente, foi definido o escopo da pesquisa, que aborda a influência do Ecocontrole na relação entre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Desempenho Econômico Percebido em empresas do setor petrolífero.

Assim, foram delimitados três construtos diferentes a serem medidos: (i) RSC; (ii) Ecocontrole, e, (iii) Desempenho Econômico Percebido. Então, foram realizadas investigações exploratórias na literatura atual, com o objetivo de encontrar instrumentos de medidas validados estatisticamente para a utilização nesta tese.

Após análise da literatura, o construto responsabilidade social corporativa (RSC) foi mensurado, por meio do questionário proposto e validado por Gallardo Vazquez e Sanchez-Hernandez (2014), que contempla a variável RSC a partir de 3 dimensões: dimensão social, dimensão econômica e a dimensão ambiental da RSC. A justificativa para utilização deste instrumento baseia-se no fato de que os autores foram pioneiros ao validar uma escala que possa ser aplicada em qualquer região independente do porte da empresa. Essa escala representa um ponto de partida para medir a RSC independente de grupo de empresa, tamanho, setor ou localização geográfica, como se ilustra no Quadro 5.

Quadro 5 - Questionário para medir a RSC

Variável Primeira Ordem	Variável Segunda Ordem	Número	Questionamentos
Responsabilidade Social Corporativa	Dimensão Social	1	Valoriza a contribuição de pessoas com necessidades especiais para o mercado profissional.
		2	Contrata pessoas em risco de exclusão social.
		3	Tem conhecimento acerca da qualidade de vida dos seus funcionários.
		4	Oferece igualdade de oportunidades para todos os funcionários.
	Dimensão Econômica	5	Fornecer aos clientes informações precisas e completas sobre seus produtos e/ou serviços.
		6	Busca estabelecer relações de colaboração e mútuo benefício com seus fornecedores.
		7	Entende a importância de incorporar a compra responsável (preferir fornecedores responsáveis).

Variável Primeira Ordem	Variável Segunda Ordem	Número	Questionamentos
	Dimensão Ambiental	8	Considera a economia de energia como forma de melhorar seus níveis de eficiência.
		9	Está consciente quanto à relevância do planejamento dos investimentos, para reduzir o impacto ambiental que gera.
		10	É favorável à redução das emissões de gases e à produção de resíduos, e em favor da reciclagem de materiais.
		11	Valoriza o uso de embalagens recicláveis.

Fonte: adaptado de GALLARDO VAZQUEZ; SANCHEZ-HERNANDEZ, 2014.

Para mensurar o Ecocontrole, foi escolhida a escala de Henri e Journeault (2010) também validada e que contemplando a variável Ecocontrole, a partir de 3 dimensões, que são: desempenho ambiental, incentivos e o orçamento, conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Questionário de Henri e Journeault (2010) para medir Ecocontrole

Variável Primeira Ordem	Variável Segunda Ordem	Número Afirmações	Questionamentos
Ecocontrole	Desempenho Ambiental	1	Monitorar o cumprimento das políticas e regulamentos ambientais.
		2	Fornecer dados para a tomada de decisão.
		3	Motivar a melhoria contínua.
		4	Fornecer dados para elaboração de relatórios externos.
	Incentivos	5	Em que medida os indicadores ambientais são importantes para o sistema de recompensa.
		6	Em que medida os objetivos de desempenho ambiental são incluídos nos sistemas de planejamento.
		7	Em que medida os indicadores de desempenho ambiental são ponderados em pé de igualdade com os indicadores de desempenho econômico.
	Orçamento	8	As despesas ambientais.
		9	O investimento ambiental (por exemplo: processos, equipamentos).
		10	Os rendimentos a partir de sucata de materiais ou resíduos reciclados.

Fonte: adaptado de HENRI; JOURNEAULT, 2010.

Já o Desempenho Econômico Percebido foi mensurado também a partir da escala de Henri e Journeault (2010). As empresas que participaram do estudo teriam

que avaliar o seu desempenho econômico, fazendo uma comparação de seu desempenho nos últimos doze meses, com base no seu retorno sobre investimentos, lucros e fluxo de caixa, conforme Quadro 7.

Quadro 7 - Avaliação o seu desempenho econômico percebido

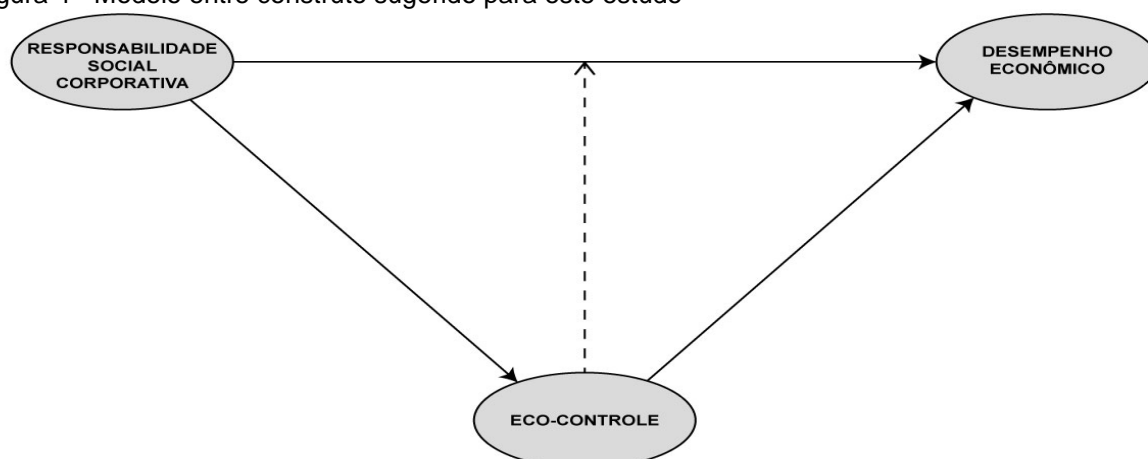
Variável Primeira Ordem	Variável Segunda Ordem	Número	Questionamentos
Desempenho Econômico Percebido	Desempenho últimos 12 meses e Concorrentes	1	Teve retorno sobre o investimento (ROI).
		2	Teve lucros operacionais.
		3	Tem fluxo de caixa das operações.

Fonte: adaptado de HENRI; JOURNEAULT, 2010.

Portanto, este estudo foi um *survey* de caráter *cross sectional* (MALHOTRA, 2012), sendo caracterizado por uma pesquisa quantitativo-exploratória, bem como, para o seu desenvolvimento, empregou o método hipotético-dedutivo.

Após a etapa de análise da literatura e possível escolha das escalas de medidas, foram realizadas entrevistas estruturadas, para avaliar o modelo proposto e as escalas de medidas. Primeiro, foi especificado o construto e definido o instrumento da pesquisa, etapa na qual foi desenhado exatamente o que se pretendia medir, de acordo com Churchill Jr (1979), conforme observado na Figura 4. Assim, os objetivos ficam evidentes pela própria natureza da pesquisa (MALHOTRA, 2012). Esses construtos e as hipóteses propostas no estudo foram definidos conforme as lacunas na literatura, que eram percebidas, mostrando a necessidade de mais informações, que surgiam na pesquisa.

Figura 4 - Modelo entre construto sugerido para este estudo



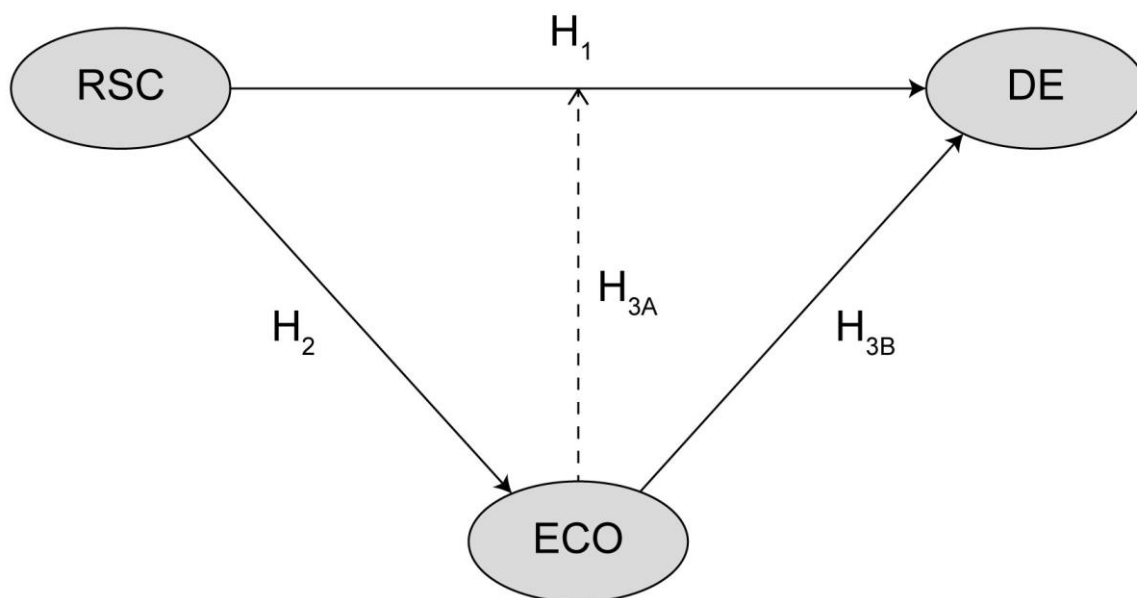
Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Com base no relacionamento entre os construtos mencionados no referencial teórico e no estudo dos atributos, propõe-se um modelo conceitual, base de sustentação do estudo. Esse modelo, mostrado na Figura 4, representa as relações de dependência entre os construtos Hair Jr. et al. (2009) e foi aperfeiçoado paralelamente ao desenvolvimento do estudo. O modelo passou por ajustes e revisões, até chegar a um modelo teórico-empírico, em que serão testadas as hipóteses propostas e, após a avaliação quantitativa, será definido o modelo desta tese. Esse modelo sugere que a relação entre RSC e desempenho econômico percebido é mediada pelo ecocontrole e impactam no desempenho econômico das empresas no setor petrolífero.

Para verificação da estrutura latente de modelagem, buscando indicadores de qualidade e ajuste, foi utilizada a análise fatorial confirmatória (MARÔCO, 2010). Para análise da confiabilidade dos construtos, foi verificado o Alfa de Cronbach. Como também, aplicadas as análises exploratórias de frequência e média, assim, como a matriz de correlação de Pearson (HAIR JR. et al., 2009).

Portanto, este estudo define as seguintes hipóteses a serem testadas, conforme a Figura 5:

Figura 5 - Modelo de estudo proposto



Fonte: dados da pesquisa, 2015.

H1: A responsabilidade social corporativa influencia positivamente no desempenho econômico percebido.

A hipótese 1 analisa a ocorrência de um efeito direto e positivo, levando em conta a relação da RSC com o desempenho econômico. Essa relação é apoiada por estudos que fornecem evidências de uma ligação positiva. Estudos como o de Yeh et al. (2014) consideram que a RSC contribui para o desenvolvimento econômico. Outros autores, como Mustafa, Othman e Perumal (2012), Lee, Seo e Sharma (2013), Wang et al. (2014), Mallin, Farag e Ow-Yong (2014) examinaram também essa relação. Esse trabalho investiga tal relação, quando aplicada a empresas que atuam no setor petrolífero.

H2: A responsabilidade social corporativa influencia positivamente no ecocontrole.

A segunda hipótese avalia se a RSC influencia positivamente o ecocontrole. Estudos, como o de Darus, Othman e Arshad (2014), tratam essa relação voltada para as ações ambientais e os danos causados a sociedades. Outros estudos, como o de Burritt e Schaltegger (2010), trabalham o construto de forma isolada e não percebem essa relação, pesquisando a RSC e o Ecocontrole para as estratégias organizacionais, como uma forma de investimento estratégico para as empresas Arjaliès; Mundy, (2013), ou buscando outras relações. Ao testar esta hipótese, vamos confirmar se no setor ocorre uma associação estatisticamente significativa.

H3A: O ecocontrole é variável moderadora na relação entre RSC e desempenho econômico percebido.

H3B: O ecocontrole é variável mediadora na relação entre RSC e desempenho econômico percebido.

Nas hipóteses 3A e 3B, pretende-se analisar se a variável ecocontrole tem efeito positivo moderador ou mediador na relação entre RSC e desempenho econômico percebido.

O efeito moderador segundo Hair Jr. et al. (2009) acontece quando uma terceira variável independente ou construto mudam a relação entre duas variáveis/construtos (dependente/independente) relacionadas. Já no efeito mediador, a terceira variável/construto intervém entre os dois outros construtos relacionados entre si, facilitando a relação dos construtos envolvidos. Assim, pretende entender o efeito causado do ecocontrole nesta relação RSC e Desempenho econômico percebido.

Nos estudos de Henri e Journeault (2010), que tratam da relação Ecocontrole, desempenho ambiental e desempenho econômico, foi constatado que o ecocontrole não tem efeito direto sobre o desempenho econômico. O que ocorre é um efeito mediador observado no desempenho ambiental sobre a relação ecocontrole e desempenho econômico. Ou seja, a adoção de ecocontroles não influencia diretamente no desempenho econômico. Essa influência só se faz presente através do desempenho ambiental. Para os autores, essa melhoria ocorre por causa de outros fatores. Estudos na área de contabilidade gerencial surgem que essa relação é positiva.

3.3 DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS E OPERACIONAIS DAS VARIÁVEIS

A definição constitutiva (DC) e operacional (DO) das variáveis que foram utilizadas para a realização deste estudo são caracterizadas a partir das variáveis do modelo proposto e das revisões teórico-empírica realizadas para este estudo, como se descrevem a seguir:

Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

DC: Responsabilidade Social Corporativa é um conceito que envolve a preocupação da empresa com os mais diferentes fatores, a sua contribuição com a comunidade, o uso dos recursos naturais, a ética nos negócios, a transparência, a preocupação com a sustentabilidade, com os resultados gerados para os acionistas, empregados, clientes, fornecedores, governo, sindicatos, enfim, todos os *stakeholders* do sistema.

DO: Foi operacionalizada por meio de escala de *likert*, adaptada do estudo de Gallardo-Vázquez e Sanchez-Hernandez (2014), que utiliza as dimensões social, econômica e ambiental.

Ecocontrole (EC)

DC: Ecocontrole é a quantificação das ações ambientais de uma organização e integração das preocupações ambientais às rotinas organizacionais.

DO: Foi realizado por meio de escala de *likert*, adaptada do estudo de Henri e Journeault (2010), que utiliza para mensurar o ecocontrole as seguintes variáveis: desempenho, orçamento e incentivos.

Desempenho Econômico Percebido (DEP)

DC: Significa o retorno obtido sobre o capital investido pelos *Stakeholders* ou sócios. São desenvolvidos procedimentos contábeis, para apurar efetivamente o custo de oportunidade do capital e calcular o lucro econômico de uma organização denominado EVA (Valor econômico agregado).

DO: mensurado por meio de uma escala de *Likert*, utilizando as variáveis que mediram o desempenho econômico com as seguintes variáveis: Retorno sobre o investimento (ROI), Os lucros operacionais e Fluxo de caixa das operações (HENRI; JOURNEAULT, 2010)

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

O universo da pesquisa foi constituído pelas empresas que atuam no setor petrolífero e que estão cadastradas no *site* da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) como fornecedores de produtos e serviços especializados. A ONIP foi fundada no ano de 1999, para atuar como meio de integração das companhias que atuam no setor petrolífero. Sua natureza jurídica é de organização não-governamental e sem fins lucrativos. Busca fomentar a competitividade e a sustentabilidade do setor petrolífero, incentivando a geração de emprego e renda.

A ONIP abrange toda a cadeia produtiva da indústria de óleo e gás do País. Em junho de 2015, o seu cadastro contava com um total de 2.626 empresas que atuam na cadeia produtiva do petróleo e gás, em todas as regiões do Brasil.

Contudo, optou-se por não delimitar uma amostra e trabalhar por adesão à pesquisa com todo o universo do setor. Por se tratar de uma pesquisa de natureza *survey*, foram enviados questionários para o e-mail de todas as empresas da cadeia produtiva, que estavam com o cadastro ativo na ONIP. Assim, buscou-se o maior número de questionários válidos para dar suporte ao estudo.

3.5 COLETA DOS DADOS

Este estudo envolve dados essencialmente primários coletados por meio de questionários. Gil (2008) explica que o questionário é a técnica de investigação composta por questões apresentadas às pessoas e com o objetivo de conhecer opiniões e expectativas.

Na coleta, foram cumpridas as seguintes etapas: Após definição dos construtos e revisão da literatura, foram realizadas entrevistas (APÊNDICE A) com 10 empresários do setor petrolífero, no intuito de entender o setor e adequar o instrumento de coleta, verificando se todas as variáveis estavam sendo contempladas e identificando possíveis conflitos.

Superadas essas etapas de definição das escalas que passaram por um processo de tradução e ajustes para uma maior compreensão, foram realizados ajustes ao instrumento de coleta, e a pesquisadora foi a campo para realizar o pré-teste do instrumento de pesquisa, na cidade de Mossoró-RN e em Curitiba-PR. Após aplicação, os respondentes contribuíram com sugestões ao instrumento de coleta e o tornaram mais claro e compreensível para os gestores, atingindo os objetivos propostos no pré-teste.

O levantamento dos dados foi viabilizado por meio de um questionário (APÊNDICE B) construído pela pesquisadora, que utilizou como referência os modelos desenvolvidos por Gallardo Vazquez; Sanchez-Hernandez (2014) e Henri; Journeault (2010).

O questionário aplicado consta de três partes. A primeira parte busca identificar o perfil dos respondentes do setor, e foi constituída de 6 questões objetivas. A segunda parte do instrumento identifica a responsabilidade social

corporativa, cujas questões deveriam ser respondidas respeitando uma escala de 1 a 5 pontos, 1 indica (Discordo totalmente) e 5 (Concordo totalmente). Era solicitado escolher, dentro da escala, a alternativa que se enquadrasse na situação da empresa. A terceira parte mensura o ecocontrole, por meio de 3 fatores: a) Desempenho ambiental, a escala de 5 pontos, que representava 1 indica (Não utilizado) e 5 (Muito bem utilizado); b) Incentivos, a escala de 5 pontos, que 1 indica (Nenhuma) e 5 (Uma extensão muito grande, e c) Orçamento, 1 indica (Não há detalhamento) e 5 (Muito bem detalhado). A quarta parte foi mensurado o desempenho econômico. Foi solicitado que o respondente levasse em consideração os últimos 12 meses da empresa e os seus concorrentes. A escala indicava 1 (Muito abaixo da média) e 5 (Bem acima da média).

Assim, depois de elaborado, testado e validado por meio de realização de pré-testes, o instrumento para coleta dos dados deste estudo foi definido. A aplicação dos questionários ocorreu com a utilização da ferramenta *Qualtrics* (www.qualtrics.com.br), que disponibiliza um *link* para a empresa acessar e responder ao questionário da pesquisa. A adesão por parte das empresas foi voluntária, não acarretando ônus de qualquer natureza.

Temporalmente, a pesquisa ocorreu de julho a setembro do ano de 2015, e os dados subsidiaram as discussões e conclusões obtidas.

3.6 TRATAMENTO DOS DADOS

Nesta fase da pesquisa, os dados coletados foram tratados estatisticamente, por meio do pacote estatístico do software Warp PLS 5.0.

O WarpPLS é uma ferramenta de software SEM, que é a única a permitir a análise de funções não-lineares, estimadas para cada par de variáveis estruturalmente vinculadas em modelos de caminho e, subsequentemente, usadas para estimar os coeficientes de caminho que levam em conta a não-linearidade. A ferramenta WarpPLS também fornece um conjunto abrangente de modelo caber e índices de qualidade que são compatíveis com ambos, fator composto com base e SEM (MOQBEL; NEVO; KOCK, 2013; KOCK, 2015).

Portanto, o software atende a proposta do estudo, pois permite especificar, estimar, avaliar e apresentar modelos, para mostrar relacionamentos hipotéticos entre variáveis. Primeiro, será realizado o tratamento descritivo; depois, a análise

fatorial exploratória e a confirmatória, para a modelagem de equações estruturais (HAIR JR. et al., 2009).

O tratamento dos resultados foi realizado com os dados finais da coleta, após realização de validação do instrumento de medida.

O tratamento das informações e dos dados coletados foi trabalhado em uma perspectiva ética, sem comprometimento da imagem das empresas e de seus respondentes em nenhuma condição.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, que foram obtidos a partir da execução de todos os procedimentos metodológicos seguidos rigorosamente na efetivação deste estudo. É apresentado o perfil das empresas da amostra, por meio da estatística descritiva, análises de diferenças de médias e a relação de influência entre os construtos com a utilização da modelagem de equações estruturais e, por último, discutem os resultados obtidos.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA – PERFIL DA AMOSTRA

Participaram da pesquisa 80 empresas que atuam no setor de petróleo e estão com cadastro ativo na Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP). Essas empresas apresentam o seguinte perfil: quanto ao tempo de fundação, 2,5% desenvolvem atividades a menos de um ano; 21,3% atuam no mercado de 1 a 6 anos; 13,8% estão no mercado de 7 a 12 anos, e 62,5% desenvolvem atividades há mais de 12 anos. Isso significa que as empresas pesquisadas apresentam uma considerável experiência no setor, pois já superaram as dificuldades enfrentadas pelas organizações nos primeiros anos de atuação. Segundo dados do IBGE, publicados no site valor econômico no ano de 2015, metade das empresas do Brasil não ultrapassam os 4 anos de existência (VALOR ECONOMICO, 2015).

O Quadro 8 apresenta a frequência e porcentagem do tempo de fundação das empresas do setor.

Quadro 8 - Tempo de fundação da sua empresa

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Menos de 1 ano	2	2,5	2,5	2,5
	1 a 3 anos	6	7,5	7,5	10,0
	4 a 6 anos	11	13,8	13,8	23,8
	7 a 9 anos	4	5,0	5,0	28,8
	10 a 12 anos	7	8,8	8,8	37,5
	Mais de 12 anos	50	62,5	62,5	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Quanto ao setor de atuação das empresas pesquisadas, 10% atuam somente com atividades em bens; 56,3% atuam com serviços, e 33,8%, com atividades de bens e serviços. Ao serem questionados se a empresa atua unicamente na cadeia produtiva do petróleo, 13,8% confirmam desenvolverem atividades somente na cadeia produtiva petróleo. Já 86,3% afirmaram que não atuam somente no setor de petróleo. Esses números apontam uma busca por novas fontes e alternativas de renda para as empresas.

Quadro 9 - Setor de atuação da empresa do setor

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Bens	8	10,0	10,0	10,0
	Serviços	45	56,3	56,3	66,3
	Bens/Serviços	27	33,8	33,8	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Quanto ao número de funcionários, 23,8% têm até 9 funcionários; 28,8% têm de 9 a 49 funcionários; 35,1% têm de 50 a 499 funcionários, e 12,5% têm mais de 499 funcionários. Segundo Rosa (2015), em virtude da crise na Petrobras, dos escândalos investigados pela Polícia Federal e, ainda, pela queda no preço do petróleo no mercado internacional, no setor de petróleo ocorreram 30,5 mil demissões no primeiro semestre do ano de 2015. O setor mais afetado pelas demissões foi o de extração de petróleo, com 22,5 mil demissões, e o segmento de fabricação de produtos derivados do petróleo, como o refino, com 8 mil demissões (ROSA, 2015). Há previsões de que ocorram mais demissões no setor, devido a uma série de fatores que vêm ocorrendo, não só no Brasil, como também em nível mundial. Por causa disso, as organizações terão que ser mais seletivas e investir em ativos de qualidade, o que ocasionará mais demissões e enxugamento no setor.

Em relação ao porte das empresas, 11,3% são microempresa; 40% pequena empresa; 26,3% média empresa; 12,5% média-grande empresa, e 10% grande empresa, conforme classificação do Sebrae, observada no Quadro 10.

Quadro 10 - Porte das empresas do setor

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Microempresa	9	11,3	11,3	11,3
	Pequena empresa	32	40,0	40,0	51,3
	Média empresa	21	26,3	26,3	77,5
	Média-Grande empresa	10	12,5	12,5	90,0
	Grande empresa	8	10,0	10,0	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Ao serem questionadas sobre o faturamento anual da empresa, 31,3% afirmaram ter até R\$ 2,4 milhões; 31,3% entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 16 milhões; 18,8% afirmam terem um faturamento entre R\$ 16 milhões e R\$ 90 milhões; 7,5% têm um faturamento entre R\$ 90 milhões a R\$ 300 milhões, e 11,3% apresentam um faturamento maior que R\$ 300 milhões.

Quadro 11 - Faturamento anual das empresas participantes do setor

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Até R\$ 2,4 milhões	25	31,3	31,3	31,3
	R\$ 2,4 milhões a R\$ 16 milhões	25	31,3	31,3	62,5
	R\$ 16 milhões a R\$ 90 milhões	15	18,8	18,8	81,3
	R\$ 90 milhões a R\$ 300 milhões	6	7,5	7,5	88,8
	Maior que R\$ 300 milhões	9	11,3	11,3	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Quanto ao mercado de atuação, 3,8% atuam no mercado local; 12,5%, na região, 42,5, no mercado nacional; 5% atuam no mercado internacional, e 36,3% atuam nos mercados nacional e internacional. Ao serem interrogadas se as

empresas possuíam algum certificado baseado em sistema de gestão, 52,5% disseram que possuíam, e 47,5% afirmam não terem nenhum certificado de gestão. Pelo fato de possuírem uma certificação, as empresas já demonstram uma preocupação em adequar-se para as exigências e tendências do mercado.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E NORMALIDADE DOS DADOS

No quadro 12, vê-se nos achados para curtose e assimetria e os dados de média, mediana e desvio padrão para o construto RSC. Essas informações ajudam a compreender os resultados obtidos em cada construto.

Para Hair Jr. et al. (2009), a curtose apresentando um valor positivo indica uma distribuição normal. Caso o valor seja negativo, ocorre uma distribuição relativamente achatada. Para a assimetria, os valores assimétricos fora do intervalo -1 a +1 indicam uma distribuição assimétrica. Os resultados mostram que ocorre uma distribuição achatada e outra substancialmente assimétrica.

Quadro 12 - Caracterização dos indicadores para RSC

	RSC_1	RSC_2	RSC_3	RSC_4	RSC_5	RSC_6	RSC_7	RSC_8	RSC_9	RSC_10	RSC_11
N	Válido	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Ausente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Média	3,81	4,30	4,20	4,50	4,89	4,66	4,51	4,61	4,65	4,78	4,59
Mediana	4,00	5,00	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Desvio Padrão	1,032	,973	,863	,900	,356	,693	,746	,755	,713	,527	,724
Assimetria	-,462	-1,402	-1,131	-2,457	-3,326	-2,719	-1,544	-2,479	-2,588	-2,329	-2,265
Erro de assimetria padrão	,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269
Curtose	-,330	1,702	1,530	6,767	11,449	9,599	1,967	7,306	8,378	4,575	6,897
Erro de Curtose padrão	,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

No Quadro 13, são avaliados o construto Ecocontrole, as médias e medianas, que foram aproximadas. Já a assimetria e a curtose apresentaram valores negativos.

Quadro 13 - Caracterização dos indicadores para o Ecocontrole

		ECO_12	ECO_13	ECO_14	ECO_15	ECO_16	ECO_17	ECO_18	ECO_19	ECO_20	ECO_21
N	Válido	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
	Ausente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Média		3,59	3,59	3,88	3,55	2,99	3,36	3,05	2,84	3,06	2,80
Mediana		4,00	4,00	4,00	4,00	3,00	4,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Desvio Padrão		1,229	1,155	1,277	1,272	1,355	1,334	1,282	1,354	1,344	1,436
Assimetria		-,836	-,901	-1,145	-,683	-,196	-,567	-,243	-,042	-,341	,045
Erro de assimetria padrão		,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269	,269
Curtose		-,227	,110	,287	-,577	-1,224	-,850	-1,094	-1,222	-1,110	-1,448
Erro de Curtose padrão		,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532	,532

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Ao avaliar o construto Desempenho Econômico Percebido, no quadro 14, as médias e medianas apresentaram uma pouca variação. No entanto, a assimetria apresentou um resultado negativo, enquanto na curtose os valores foram positivos, mostrando uma distribuição normal.

Quadro 14 - Caracterização dos indicadores para o Desempenho Econômico Percebido

		DE_22	DE_23	DE_24
N	Válido	80	80	80
	Ausente	0	0	0
Média		3,10	3,00	3,10
Mediana		3,00	3,00	3,00
Desvio Padrão		,908	,928	,936
Assimetria		-,409	-,098	-,013
Erro de assimetria padrão		,269	,269	,269
Curtose		1,204	,569	,196
Erro de Curtose padrão		,532	,532	,532

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Para avaliar a normalidade dos dados, foram realizados os testes de hipóteses de Kolmogorov e Smirnov (KS) e Shapiro-Wilks (SW). Os resultados estão no Quadro 15, onde se percebe que todos os construtos do estudo testados não

apresentam normalidade, pois esta é verificada por meio da significância, que, no caso para todos os construtos, mostrou um valor de $p < 0,05$.

Diferentemente da modelagem de equações estruturais (SEM), a PLS-SEM, de acordo com Hair Jr. et al. (2009), não exige algumas premissas como a normalidade dos dados, também permitindo o uso de amostra menores, que é o caso dos dados, justificando a sua aplicação no presente estudo, como se observa no Quadro 15.

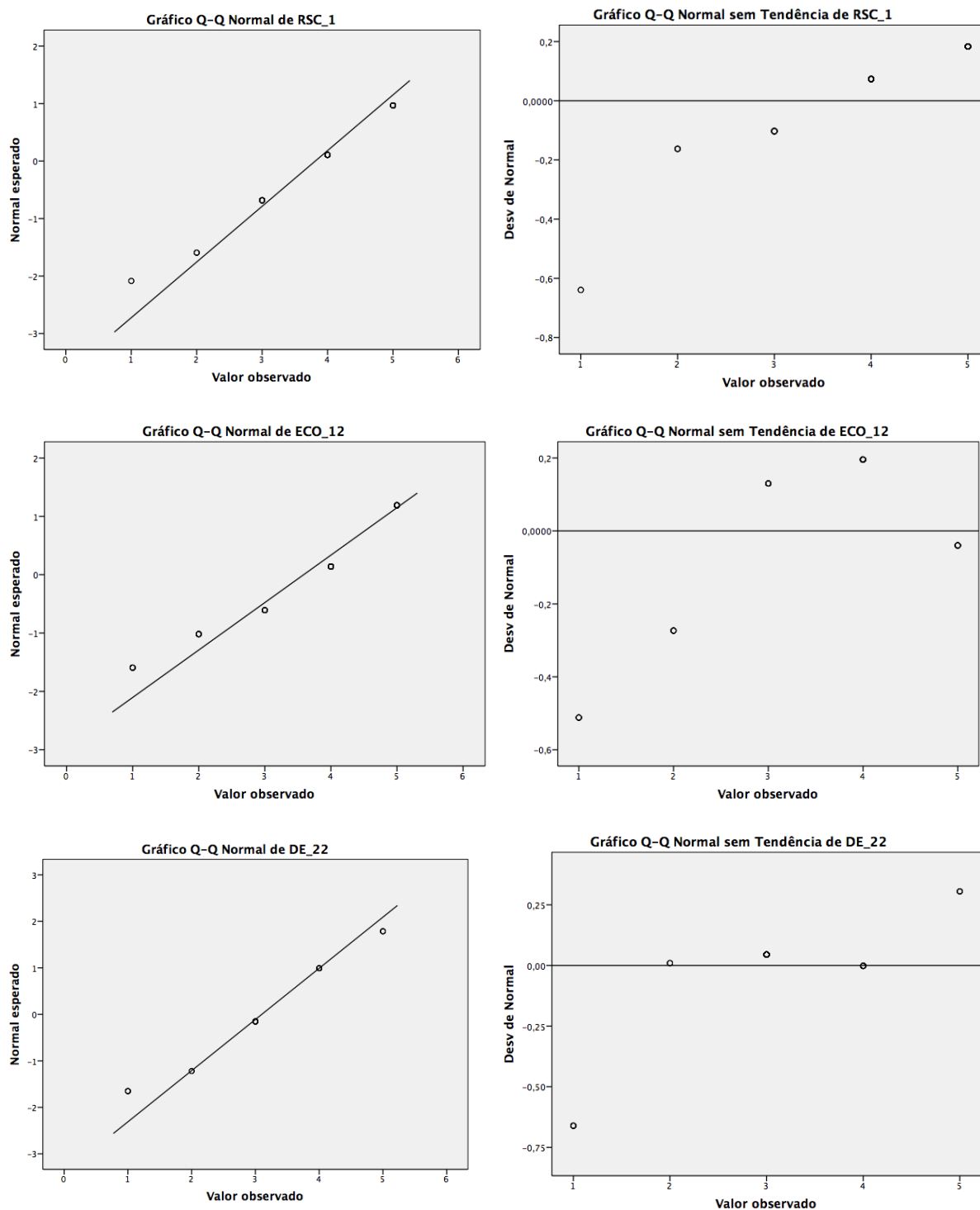
Quadro 15 - Estimativa do Teste de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
RSC_1	,200	80	,000	,858	80	,000
RSC_2	,339	80	,000	,725	80	,000
RSC_3	,248	80	,000	,796	80	,000
RSC_4	,373	80	,000	,594	80	,000
RSC_5	,524	80	,000	,349	80	,000
RSC_6	,437	80	,000	,543	80	,000
RSC_7	,381	80	,000	,676	80	,000
RSC_8	,421	80	,000	,573	80	,000
RSC_9	,438	80	,000	,550	80	,000
RSC_10	,490	80	,000	,476	80	,000
RSC_11	,403	80	,000	,611	80	,000
ECO_12	,294	80	,000	,842	80	,000
ECO_13	,302	80	,000	,839	80	,000
ECO_14	,289	80	,000	,782	80	,000
ECO_15	,263	80	,000	,860	80	,000
ECO_16	,210	80	,000	,883	80	,000
ECO_17	,259	80	,000	,863	80	,000
ECO_18	,221	80	,000	,892	80	,000
ECO_19	,167	80	,000	,886	80	,000
ECO_20	,220	80	,000	,872	80	,000
ECO_21	,211	80	,000	,864	80	,000
DE_22	,331	80	,000	,797	80	,000
DE_23	,288	80	,000	,860	80	,000
DE_24	,255	80	,000	,888	80	,000

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Ao analisar os gráficos Normal Q – Q e Detrended Normal Q-Q, é possível perceber que o primeiro gráfico apresentaria um comparativo entre os valores esperados, se a distribuição fosse normal e os valores observados, conforme a Figura 6, de avaliação de normalidade para os construtos.

Figura 6 - Avaliação de normalidade para os construtos



Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Quando a distribuição é normal, os pontos ficam exatamente alinhados à linha diagonal. Nos gráficos, são apresentadas as diferenças entre os pontos observados e a linha horizontal (valor esperado). Quando a distribuição não é normal, os pontos apresentam-se dispersos em torno do eixo horizontal. Observa-se, nos gráficos deste estudo, uma tendência à dispersão dos pontos do eixo horizontal, mostrando uma distribuição que não é normal.

4.3 ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA

Neste estudo, o modelo proposto foi avaliado, usando equações estruturais apoiado na análise em pesquisa de mínimos quadrados parciais (PLS), uma alternativa de estimação para SEM tradicional. A técnica permite que os construtos sejam representados como compostos, ocorrendo uma separação das relações para cada conjunto de variáveis dependentes (HAIR JR. et al., 2009).

O modelo estrutural foi utilizado para analisar a robustez e a significância estatística das relações entre as variáveis latentes teóricas. O modelo de medição foi testado por meio da análise fatorial confirmatória e técnicas relacionadas, para confirmar se as variáveis latentes tinham validade e confiabilidade. Neste estudo, foi utilizado WarpPLS 5.0, para avaliar tanto a medição, quanto o modelo estrutural (KOCK, 2014).

A primeira etapa, na análise do modelo de medição, buscou medir a confiabilidade e a validade das variáveis latentes. Após essa etapa, realizou-se a análise fatorial confirmatória. Ambas serviram para determinar se foram atendidos os critérios para a validade discriminante e validade convergente. Segundo Hair Jr. et al. (2009), as cargas de todos os indicadores devem ser maiores do que 0,50 e se apresentarem significativos, pelo menos ao nível de 0,05.

Oberservaram-se as cargas, cargas-cruz, e p -valores obtidos a partir da análise da fatorial confirmatória para as três variáveis latentes: Responsabilidade Social Corporativa (2ndRSC), Ecocontrole (2ondECO) e Desempenho Econômico Percebido (DES_ECO), observadas na Tabela 1, que apresenta, também, os valores do coeficiente Confiabilidade Composta (CC) e do Alfa de Cronbach (AC) para cada variável latente deste estudo.

Tabela 1 - *Loadings and cross-loadings* das variáveis latentes

	DES_ECO	2ndRSC	2ondECO	P value	CC	AC
D_ECO_1	(0.922)			<0.001	0.940	0.904
D_ECO_2	(0.937)			<0.001		
D_ECO_3	(0.887)			<0.001		
Iv_R_DS		(0.860)		<0.001	0.902	0.837
Iv_R_DE		(0.827)		<0.001		
Iv_R_DA		(0.918)		<0.001		
Iv_ECO_			(0.896)	<0.001	0.921	0.871
Iv_ECO_			(0.913)	<0.001		
Iv_ECO_			(0.865)	<0.001		

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Na Tabela 1, pode-se verificar que todos os fatores das cargas são significativas para um $p < 0.001$, e variam de 0,827 a 0,937. Estes resultados indicam que o instrumento utilizado no estudo tem validade convergente aceitável. Pode-se perceber que o alfa de cronbach (AC) apresenta resultados acima do mínimo recomendado, que é 0,7 (HAIR JR. et al., 2009). Para Kock (2014), pode-se aceitar o valor do alfa de cronbach até 0,6. Assim, significa que as variáveis deste estudo possuem consistência interna.

Verificou-se a validade discriminante. Foram comparadas as correlações inter construções com as raízes quadradas de suas respectivas variâncias médias extraídas (AVE). A Tabela 2 apresenta na diagonal e, entre parênteses, a raiz quadrada da AVE para todas as variáveis latentes. Nas colunas da Tabela 2, foram comparados a raiz quadrada dos AVEs e outros valores em cada coluna. Observa-se que os resultados são maiores que qualquer correlação que envolva as variáveis latentes. Portanto, o modelo de medição também apresenta validade discriminante aceitável.

Tabela 2 - Correlação entre variáveis latentes e raízes quadradas das AVE (Diagonal)

	DES_ECO	2ndRSC	2ondECO
DES_ECO	(0.916)	0.231	0.389
2ndRSC	0.231	(0.869)	0.427
2ondECO	0.389	0.427	(0.891)

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Também, para verificar se ocorreu a multicolinearidade entre as variáveis latentes, foi realizado o teste de colinearidade entre as variáveis. Os resultados dos fatores de variação da inflação (VIF) variaram de 1,263 para todas as variáveis latentes, sendo que menor ou igual a 5 é aceitável. O valor ideal precisa ser menor ou igual a 3,3, como proposto por Hair Jr. et al. (2009) confirmando, assim, que não existe colinearidade.

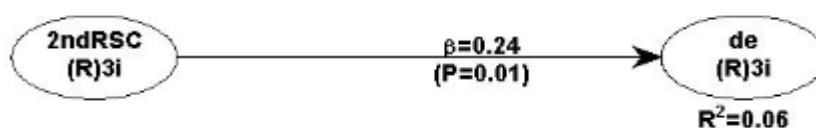
Portanto, o modelo proposto neste estudo atende a todos os critérios estatísticos de validação e não apresentam colinearidade, possibilitando, assim, resultados confiáveis.

4.3.1 Modelo proposto do estudo

A partir dos resultados, foi possível verificar a qualidade do modelo que possui um coeficiente médio de caminho (APC) igual a 0,413, $P < 0,001$. Já a média do coeficiente R-quadrado (ARS) foi igual a 0,171, $P = 0,028$. O WarpPLS recomenda que níveis significativos para a APC e a ARS devem ser inferiores a 0,05 (KOCK, 2014).

A primeira hipótese H1: A Responsabilidade social corporativa influencia positivamente no Desempenho econômico percebido. Essa hipótese foi testada e se constatou que existe uma associação positiva ($\beta = 0,24$) e significativa ($p = 0,01$), porém, com poder de explicação baixo ($R^2 = 0,06$), observado na figura 7. Por esse resultado, pode ser interpretado que a relação de responsabilidade social corporativa, nesta amostra, tem um baixo poder de explicação. Ou seja, a RSC não influencia diretamente no desempenho econômico percebido para as empresas que atuam no setor petrolífero.

Figura 7 - Relação da hipótese do estudo H1



Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Pesquisas, como a de Lee; Seo; Sharma (2013), analisaram a relação entre responsabilidade social e desempenho financeiro em empresas aéreas norte americanas e revelam a existência de uma relação positiva e um efeito moderador dos preços do petróleo. Os autores acreditam que os investimentos realizados em RSE têm significado para o desempenho de uma empresa. No entanto, defendem que investimentos em atividades de responsabilidade social não têm implicações diretas para o funcionamento das companhias aéreas e defendem que podem ser utilizadas estratégias que tenham implicações diretas sobre as operações das companhias, como preços e outro serviço, e que estas podem trazer benefícios e influenciar nas escolhas clientes.

Wang et al. (2014) destaca, em seu estudo, que a RSE é vista como parte integrante da estratégia corporativa e, ao falarem da relação entre a RSE e o desempenho das empresas, os autores destacam que essa relação ainda está longe de ser bem estabelecida na literatura. Seus estudos foram realizados em empresas de telecomunicações dos Estados Unidos e mostram que o RSE tem um impacto significativo no desempenho das empresas. Nesse sentido, os estudos de Wang et al. (2014) reforçam que o RSE tem um impacto significativo no desempenho das empresas de telecomunicações dos EUA e destaca que, ao implementar uma política envolvendo as dimensões de RSE e habilitar os decisores das empresas, podem ajudar a melhorar a sua eficiência de desempenho corporativo.

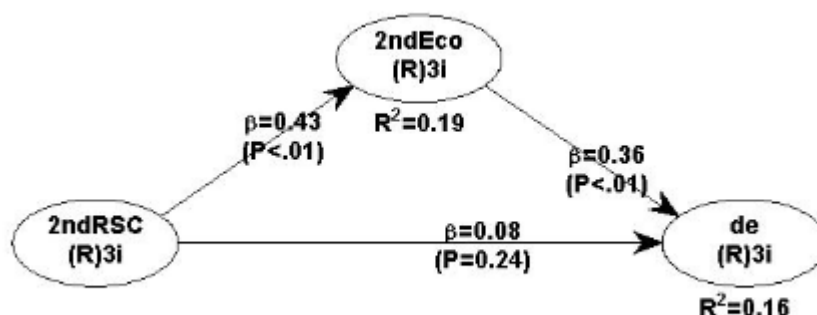
Para Mustafa, Othman e Perumal (2012), a RSE é um processo contínuo e de longo prazo orientado por valores organizacionais e pessoais. E desempenho de uma organização é afetado por suas estratégias no mercado e em ambientes de não mercado. Assim, adotar a RSE passa a ser uma estratégia importante para as organizações. Embora os autores reconheçam o efeito da responsabilidade social sobre o desempenho financeiro, eles acrescentam que esse efeito precisa ser mais aprimorado.

Mallin, Farag e Ow-Yong (2014), ao analisarem uma amostra de 90 bancos islâmicos, em 13 países, no período de 2010-2011, observaram a relação entre a dimensão responsabilidade e desempenho seus resultados e apontam para uma associação positiva e significativa, com exceção para a dimensão ambiental.

Na segunda hipótese H2: A Responsabilidade social corporativa influencia positivamente no Ecocontrole. Essa hipótese foi testada e se constatou que existe uma associação positiva ($\beta=0,43$) e significativa ($p < 01$), podendo-se interpretar que a

relação de responsabilidade social corporativa sobre o ecocontrole tem poder de explicação, com ($R^2 = 0,19$), aceitando-se a hipótese H2. Ou seja, a responsabilidade social corporativa influencia o ecocontrole.

Figura 8 - Relação da hipótese do estudo H2

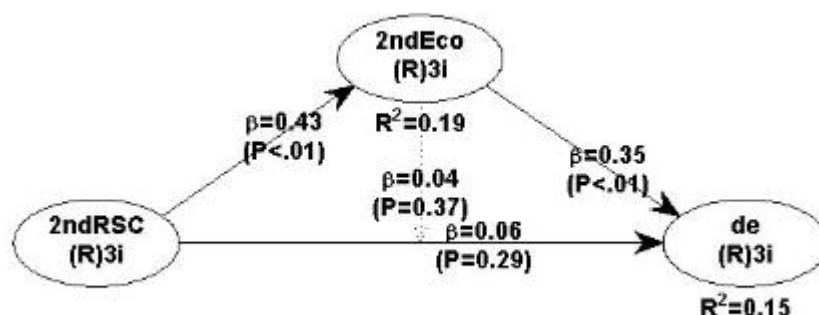


Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Este resultado aponta que as empresas que participaram deste estudo buscam desenvolver ações que demonstrem as suas preocupações com as questões de responsabilidade sociais e ambientais, com foco no ecocontrole. Para Schaltegger e Burritt (2000), por meio do ecocontrole é possível monitorar as informações financeiras e ambientais, embora defendam que a RSC é cercada por uma incerteza estratégica. Portanto, as organizações devem pensar de forma estratégica, para que compreenda a gestão de controle e, assim, obter os resultados almejados (ARJALIÈS; MUNDY 2013).

A terceira hipótese H3A: O Ecocontrole é variável moderadora na relação entre RSC e Desempenho econômico percebido. Em H3B: O Ecocontrole é variável mediadora na relação entre RSC e Desempenho econômico percebido. Foram testadas as duas hipóteses e se constatou que, quando o Ecocontrole é considerado moderador na relação entre RSC e Desempenho econômico percebido (H3A), existe uma associação não significativa ($\beta=0,04 / p=0,37$). Ao testar a hipótese H3B, pode-se interpretar que o Ecocontrole, quando mediadora na relação entre RSC e Desempenho econômico percebido ($\beta=0,35 / p<0,01$), intervém positivamente na relação entre RSC e Desempenho econômico percebido.

Figura 9 - Relação da hipótese do estudo H3



Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Assim, pode-se constatar que as hipóteses H1 e H3A são rejeitadas, e H2 e a H3B são aceitas, conforme Tabela de hipóteses.

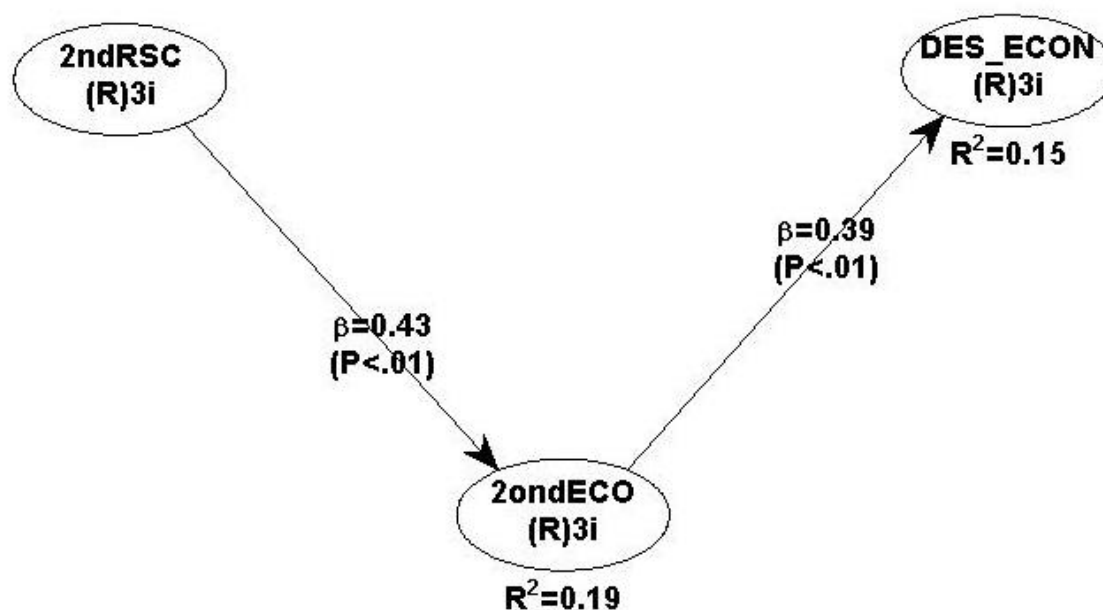
Tabela 3 - Hipótese do estudo

Hipótese	Descrição	Coeficiente	P value	Resultado
H1	RSC → DE	0,060	0,292	Refutada
H2	RSC → ECO	0,434	<0,001	Aceita
H3A	RSC → DE – ECO Moderadora	0,036	0,372	Refutada
H3B	RSC → DE – ECO Mediadora	0,353	<0,001	Aceita

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Dessa forma, pode-se concluir que, no caso do setor petrolífero, a RSC não tem uma associação expressiva no desempenho econômico percebido. O ecocontrole, quando moderador na relação RSC e desempenho econômico percebido, não influencia nessa relação. Outros fatores podem ter o poder de explicar e de influenciar esse processo. No entanto, o Ecocontrole vai intervir diretamente na relação RSC e Desempenho econômico percebido, quando considerada uma relação mediadora junto com a Responsabilidade Social Corporativa. Estes, vão influenciar diretamente, conforme modelo na Figura 10.

Figura 10 - Modelo do proposto do estudo



Fonte: dados da pesquisa, 2015.

4.3.2 Implicações dos resultados da pesquisa

Com o presente estudo, foi possível entender a relação do ecocontrole com a RSC e o desempenho. Os seus resultados contribuem para um avanço nas pesquisas, ao identificar que essa relação positiva acontece quando o ecocontrole é uma variável mediadora entre RSC e desempenho econômico percebido, fato não identificado, até então, em nenhuma pesquisa anterior sobre a temática.

Os resultados deste estudo são originalmente dados primários, gerados por meio de uma pesquisa de natureza quantitativa, contribuindo com uma lacuna apontada por Bon e Levy (2013), que analisaram as metodologias utilizadas nas teses sobre RSC dos pesquisadores brasileiros, com tinham tendências a realizar estudos qualitativos e estudo de caso, podendo, assim, contribuir como um referencial para consulta aos interessados pelo assunto, por meio das informações e resultados alcançados.

Um outro fator inovador com que a pesquisa contribui é com um diagnóstico do perfil das empresas do setor petrolífero.

Os resultados deste estudo e suas relações de influência do ecocontrole, no desempenho econômico percebido, corroboram com os estudos de Henri e Journeault (2010) e, também, com a influência da RSC debatida nos estudos de

(GALLARDO-VÁZQUEZ; SANCHEZ-HERNANDEZ, 2014). Servem para que as empresas possam fazer uso dessas teorias e dos resultados do nosso estudo para direcionarem suas estratégias e obterem vantagem competitiva. Para pesquisadores, a partir dos resultados desta tese, será possível avaliar se as relações RSC, Ecocontrole e Desempenho econômico percebido apresentam-se de forma positiva em seus estudos.

Assim, esta tese é confirmada, mas o debate sobre a temática não está esgotado e continua sendo válido e abre possibilidades para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta as contribuições desta tese, sugestões para futuros estudos, que podem dar continuidade à pesquisa apresentada, limitações da pesquisa e implicações gerenciais.

5.1 CONTRIBUIÇÕES

O presente trabalho tem sua importância, por ser o primeiro estudo no setor petrolífero do Brasil, que reúne as variáveis ecocontrole, responsabilidade social corporativa e desempenho econômico. Os seus dados foram gerados a partir de pesquisa com empresas que atuam em todo País no setor petrolífero, e os seus resultados são analisados por meio do Warp PLS 5.0, fato que o torna inédito e de uma grande contribuição acadêmica.

Diferentemente de outros estudos que buscam atingir seus resultados por meio de técnica qualitativa e que avaliam a responsabilidade social por meios de relatórios socioambientais ou por dados secundários, este estudo representa uma amostra da realidade das empresas do setor petrolífero do Brasil, e de como essas empresas estão tratando, no seu dia a dia, os aspectos relacionados à responsabilidade social corporativa, ao ecocontrole e ao seu desempenho econômico.

A tese, aqui desenvolvida, inova, ao trazer tanto uma contribuição teórica a partir do momento em que estuda a influência do ecocontrole e sua relação entre as demais variáveis pesquisadas, como propõe um novo modelo de estudo. A sua contribuição prática surge no momento em que dá possibilidades de as empresas entenderem essas relações de influência que acontecem entre as variáveis e quando proporciona que as elas possam direcionar suas ações estratégicas para a criação de uma vantagem competitiva.

A tese se propôs a analisar se o ecocontrole influencia a relação entre responsabilidade social corporativa e desempenho econômico no setor petrolífero. Para tanto, foram propostos alguns objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico consistiu em elaborar e validar um instrumento de medida, para avaliar os constructos RSC, Ecocontrole e Desempenho Econômico. Como não existia uma escala pronta para medir a relação das variáveis,

objeto deste estudo, a pesquisa adaptou o seu instrumento de coleta, cujo questionário foi elaborado a partir de estudos que buscavam mensurar as variáveis, de forma separada. A responsabilidade Social corporativa foi mensurada a partir do modelo de Gallardo Vazquez e Sanchez-Hernandez (2014), que pesquisaram o desempenho, mediando a relação RSC e sucesso competitivo. Já o ecocontrole e desempenho foram mensurados a partir da escala de Henri e Journeault (2010), que pesquisaram o ecocontrole e o desempenho, sendo mediado pelo desempenho ambiental. Diante disso, esta pesquisa, agindo de forma inédita, valida um instrumento que possa mensurar as três variáveis. Essa escala passou por todos os critérios metodológicos, e este estudo passa a contribuir também com uma escala que possa mensurar o Ecocontrole, RSC e o Desempenho Econômico. A escala apresentou a confiabilidade e validade satisfatória, o que levou ao cumprimento deste objetivo.

O segundo objetivo específico, proposto neste estudo, foi analisar a relação entre RSC e Desempenho econômico percebido. Ao avaliar essa relação, constatou-se que existe uma relação positiva, no entanto, com um poder de explicação muito baixo ($R^2 = 0.06$). Assim, observa-se que a responsabilidade social corporativa das empresas que atuam no setor petrolífero pouco influencia no desempenho econômico desse setor. Diferentemente, outros estudos buscaram defender uma relação positiva da RSC e desempenho, como Waddock e Graves (1997), que encontraram uma relação positiva entre RSC e desempenho anterior e posterior. Wang et al. (2014) identificaram que, nas empresas de telecomunicações, a RSC tem um impacto significativo no desempenho delas, quando se implementam as suas dimensões sociais. Este estudo sinaliza que, nesse setor, os investimentos em RSC talvez não gerem impactos significativos. Assim, as empresas devem avaliar e direcionar melhor os seus recursos.

O terceiro objetivo específico analisa a relação entre RSC e Desempenho econômico, quando mediadas e moderadas pelo Ecocontrole. Inicialmente, testou-se a influência do ecocontrole, moderando a relação (RSC → DE – ECO Moderadora). Os resultados não se apresentaram significantes, sugerindo, assim, que essa relação no setor petrolífero não proporciona resultados positivos. Talvez as empresas tenham que observar outros aspectos entre RSC e desempenho, que possam fortalecer e trazer benefícios para esse setor. O estudo de Baines e Langfield-Smith (2003) encontrou benefícios para as instituições, a partir da relação entre

Ecocontrole e desempenho e destacou que o ecocontrole pode fornecer informações que possam dar suporte gerencial para o desempenho econômico, contribuindo, assim, para uma vantagem competitiva sustentável.

Ao avaliar a variável ecocontrole, mediando a relação (RSC → DE – ECO Mediadora), foi possível obter resultados positivos. Os resultados apontaram uma relação significativa. Ou seja, o ecocontrole, associado à responsabilidade social corporativa, produz um efeito direto no desempenho econômico das empresas do setor petrolífero. Assim, entender essa relação pode permitir às empresas do setor promoverem ações que contribuam para a criação de uma vantagem competitiva e um aumento no seu desempenho. Os resultados da pesquisa avançam nos estudos ao descobrir que o ecocontrole tem um efeito mediador na relação RSC e desempenho.

Dessa forma, considerando que os objetivos específicos foram atingidos e, por conseguinte, o objetivo geral, a questão levantada na pesquisa, que interrogava se o ecocontrole é fator que influencia a relação entre responsabilidade social corporativa e desempenho econômico percebido nas empresas do setor petrolífero, foi respondida. Afirma-se que o ecocontrole influencia nessa relação, quando for considerada uma variável mediadora. Diante de tudo isso, este trabalho defende a tese de que o Ecocontrole é um fator que torna positiva a relação entre Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Econômico Percebido.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Esta tese atende aos seus objetivos propostos, mas não tem a intenção de esgotar o assunto pesquisado. Nesse sentido, reforça a necessidade de que mais estudos empíricos sejam realizados no setor petrolífero. Percebeu-se que é um setor pouco explorado de pesquisas empíricas e pesquisas de natureza quantitativa.

É possível também aplicar a mesma pesquisa em outros setores industriais, para confirmar se os resultados e influência se mantêm os mesmos deste estudo. Talvez, a realização de um estudo temporal, no setor petrolífero, sobre RSC, Ecocontrole e Desempenho econômico pudesse trazer novos achados sobre essa relação.

Uma outra possibilidade de estudo seria testar o modelo com outras variáveis moderadoras e mediadoras, tais como qualidade, comunicação, reputação

corporativa, para verificar se a RSC impactaria no desempenho econômico. Afinal, a pesquisa possibilita uma série de caminhos, que podem ser percorridos, e encontrados novos nichos.

5.3 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS

O estudo contribui para os gestores e as empresas do setor petrolífero, a partir do momento em que as organizações entendem que o ecocontrole impacta positivamente na relação entre RSC e desempenho. Assim, podem direcionar suas ações estratégicas para a construção de uma empresa que evidencie a sua atuação em responsabilidade social corporativa focada no meio ambiente, mas, também, economicamente viável, favorecendo, portanto, seus *stakeholders* e atendendo a uma demanda e à tendência de seus consumidores mais exigentes.

O estudo também fornece informações fundamentais do perfil das empresas do setor petrolífero, proporcionando aos gestores subsídios sobre atuação da empresa, número de funcionários, tempo de fundação, porte e faturamento, necessárias para que os gestores conheçam o perfil de seus concorrentes no mercado.

Além disso, poderão criar programas de RSC junto à comunidade local e proporcionar uma visibilidade dessas ações junto à sociedade. Por meio do ecocontrole, é possível gerar controles que auxiliem no processo de tomada de decisão e direcionem os seus investimentos.

Um outro aspecto observado no estudo é que os gestores necessitam capacitar a cadeia fornecedora de bens e serviços da indústria de gás e petróleo, necessário ao atingimento de níveis de competitividade global. É necessária uma maior organização das empresas e um acesso mais transparente às informações do setor.

Dessa forma, este estudo fornece sugestões aos gestores da indústria do petróleo e gás, para atuarem com ações mais voltadas à RSC e ao ecocontrole, para que possam ter um maior desempenho econômico percebido.

Espera-se que os resultados deste estudo sejam relevantes para o avanço do conhecimento nessa temática e auxiliem os gestores a perceberem a importância da adoção do ecocontrole e da RSC nas estratégias das empresas e a sua influência no desempenho econômico.

5.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa enfrentou algumas limitações, como: a primeira, a sua amostra, diante do baixo número de retorno dos questionários. Assim, não foi possível realizar outros testes estatísticos. Outra limitação, o declínio que o setor vem enfrentado pela queda de preço do barril de petróleo e pelos escândalos que ora investigados na Petrobras. Isso pode ter influenciado as empresas a não participarem da pesquisa. Ou seja, o receio de fornecer alguma informação que as comprometesse e que também revelasse o seu planejamento estratégico.

Um problema enfrentado também foi a desatualização dos dados do cadastro da ONIP. Alguns problemas surgiram, como: e-mails errados; ausência de números de telefones e endereço; funcionários que haviam se desligado da empresa há mais de um ano e continuavam como pessoa de contato; empresas que tinham fechado continuavam com cadastro ativo, dentre outros.

Outro fator que limitou esta pesquisa foi a própria falta de interesse dos gestores de colaborar com o estudo. Este aspecto é cultural e é necessária uma aproximação das universidades brasileiras, de um modo geral, com as organizações, para facilitar o acesso de pesquisadores, para que essa cultura possa ser mudada. Para se ter ideia desta resistência das empresas, a pesquisadora recebeu um e-mail de uma determinada empresa com a seguinte frase: “A sua necessidade não é minha prioridade”. Outros e-mails foram recebidos, solicitando para serem retirados da lista da pesquisa e falando que não teriam tempo para responder, o que mostra um total desinteresse em colaborar com o crescimento e produção intelectual.

Ainda como dificuldade enfrentada houve a falta de informação e de acesso às instituições, tais como: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ONIP e a própria Petrobras, que incentivam, fomentam e controlam o setor pesquisado. A pesquisadora buscou várias estratégias para conseguir acesso às informações. Vários e-mails foram enviados, solicitando entrevistas; realizou-se cadastro nos *sites*; o contato foi realizado também por telefone e em um evento no Rio de Janeiro sobre petróleo e gás, em 2014, onde se buscou também estreitar os laços. No entanto, as únicas informações possíveis destas instituições foram as disponíveis nos seus *sites*.

6 SOBRE A AUTORA

Graduada em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2000) e Mestre em Administração, pela Universidade Potiguar (2010). Em doutoramento, pela PUC-PR. Desde do ano de 2004, é professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), membro do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Empreendedorismo e Administração de Recursos Humanos - TEAR. Coordenou o Centro de Incubação Tecnológica do Semiárido - CITECS. Foi coordenadora pedagógica do Núcleo de Areia Branca do curso de Gestão Ambiental. Áreas de preferência: Gestão de pessoas, Estratégia, Empreendedorismo e Responsabilidade Social Corporativa.

Link para Currículo Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4506341T5>

REFERÊNCIAS

- ANP, Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis: 2015. **Agência Nacional do petróleo gás natural e biocombustíveis**. Rio de Janeiro: 2015.
- ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- AUPPERLE, Kenneth E.; CARROLL, Archie B.; HATFIELD, John D. An empirical examination of the relationship between corporate social responsibility and profitability. **Academy of Management Journal**, v. 28, n. 2, p. 446-463, 1985.
- AUSTIN, James. E. et al. **Social partnering in Latin American: lessons drawn from collaborations of businesses and civil society organizations**. Harvard University, Cambridge, 2004.
- ARAS, Güler; CROWTHER, David. Sustainable Corporate Social Responsibility and the value chain. **New perspectives on corporate social responsibility**, p. 109-128, 2007.
- ARJALIÈS, Diane-Laure; MUNDY, Julia. The Uof Management Control Systems to Manage CSR Strategy: A levers of control perspective. **Management Accounting Research**, v. 24, n. 4, p. 284-300, 2013.
- ARJALIÈS, Diane-Laure; PONSSARD, Jean Pierre. A Managerial Perspective on the Porter Hypothesis-The Case of CO2 Emissions. **Palaiseau, Éditions de l'École Polytechnique, Crifo P., Ponssard J.-P., eds**, p. 151-168, 2010.
- AVRAM, Elena; AVASILCAI, Silvia. Business Performance Measurement in Relation to corporate social responsibility: a conceptual model development. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 109, p. 1142-1146, 2014.
- BAINES, A.; LANGFIELD-SMITH, K. Antecedents to Management Accounting change: A structural equation approach. *Accounting, Organizations and Society*, 28(7-8), 675-698, 2003.
- BARBIERI, José Carlos. Organizações Inovadoras Sustentáveis. **Caderno de Inovação**, v. 3, p. 5-9, 2007.
- BONNER, Sarah E. et al. A Review of the Effects of Financial Incentives on Performance in Laboratory tasks: implications for management accounting. **Journal of Management Accounting Research**, v. 12, n. 1, p. 19-64, 2000.
- BARON, David P.; HARJOTO, Maretno A.; JO, Hoje. The Economics and Politics of Corporate Social Performance. **SSRN Working Paper Series**, 2009.
- BEGHIN, N. **A Filantropia Empresarial: nem caridade, nem direito**. São Paulo: 2005.

BEUREN, Ilse Maria; THEISS, Viviane; CARLI, Sodemir Benedito. Influência do Ecocontrole no Desempenho Ambiental e Econômico de Empresas. **Contaduría y administración**, v. 58, n. 4, p. 9-37, 2013.

BOFF, L. **Uma lei de Responsabilidade Socioambiental? Site, 2011. Disponível em . Acesso em Maio 2014.** Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>>. Acesso em: 5 maio. 2014.

BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. **Relação entre Desempenho Social Corporativo e Desempenho Financeiro de Empresas no Brasil.** 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BORDIN, D. P.; PASQUALOTTO, N. A importância da Responsabilidade Social Empresarial para a Sustentabilidade e o Papel do Marketing Social The Importance of Corporate Social Responsibility for Sustainability and the Social Marketing ' s role. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 11, n. 2, p. 1-13, 2013.

BOWEN, H. R. **Social Responsibilities of the Businessman.** New York: Harper and Row, 1953.

BON, Ana Carla; LEVY, Barbara Pagliari. Metodologias em Teses de Responsabilidade Social Corporativa. **Revista Pretexto**, v. 14, n. 4, p. 29-45, 2014.

BORTOLUZZI, Sandro César et al. Avaliação de Desempenho Econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). **Revista Alcance**, v. 18, n. 2, p. 200-218, 2011.

BRØNN, P. S.; VIDAVER-COHEN, D. Corporate Motives for Social Initiative: Legitimacy, Sustainability, or the Bottom Line? **Journal of Business Ethics**, v. 87, n. S1, p. 91–109, 17 jun. 2008.

BURRITT, Roger L.; SCHALTEGGER, Stefan. Sustainability Accounting and reporting: fad or trend? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 23, n. 7, p. 829-846, 2010.

CARROLL, A. B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility : Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**, p. 39–48, 1991.

CARROLL, Archie B. Ethical Challenges for Business in the New Millennium: Corporate social responsibility and models of management morality. **Business Ethics Quarterly**, v. 10, n. 1, p. 33-42, 2000

CARROLL, A. B.; BUCHHOLTZ, A. K. **Business and Society: Ethics and stakeholder management.** South West ed.EUA: CARUANA, 2000.

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis; BARBIERE, José Carlos. Responsabilidade Social e Excelência Empresarial: um estudo com empresas ganhadoras do prêmio nacional de qualidade. IN: Anais Eletrônicos do XXX Encontro Anual da ANPAD 2006.

CHURCHILL JR, G A. A Paradigm for Developing Better Measures of Marketing Constructs. **Journal of Marketing Research**, 16, February, 1979. P. 64-73.

COSTA, Roberta; MENICHINI, Tamara. Uma Abordagem Multidimensional para a Avaliação de RSE: a importância da percepção das partes interessadas. *Sistemas especialistas com aplicações*, v40, n 1, p. 150-161, 2013.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A. Gestão Estratégica com Responsabilidade Social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 3, p. 75-96, 2002.

CIMBALISTA, Silmara. Responsabilidade Social: um novo papel das empresas. **Análise Conjuntural**, v. 23, n. 5-6, p. 12, 2001.

DARUS, Faizah; OTHMAN, Suaini; ARSHAD, Roshayani. Accountability and Transparency of Corporate Social Responsibility Reporting and Corporate Reputation: Evidence from an Emerging Economy. **Proceedings of World Business And Economics Research Conference** 24-25 February, Rendezvous Hotel, Auckland, New Zealand, 2014.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2º. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DOBERS, Peter; HALME, Minna. Corporate Social Responsibility and Developing Countries. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 16, n. 5, p. 237-249, 2009.

DORAINE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. São Paulo: 2007.

DU, Shuili; VIEIRA JR, Edward T. Striving for Legitimacy Through Corporate Social Responsibility: Insights from oil companies. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 4, p. 413-427, 2012.

DRUCKER, P. F. **Sociedade Pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993

EPSTEIN, Marc J. You've Got a Great Environmental Strategy—Now What?. **Business Horizons**, v. 39, n. 5, p. 53-59, 1996.

FRAJ-ANDRÉS, Elena et al. Company Image and Corporate Social Responsibility: reflecting with SMEs' managers. **Marketing Intelligence & Planning**, v. 30, n. 2, p. 266-280, 2012.

FREEMAN, R. E. **Strategic Management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FREDERICK, William. C. From CSR1 to CSR2: The Maturing of Business-and-Society Thought. **Working paper**, n. 279. Graduate School of Business, University of Pittsburgh, 1978.

FRIEDMAN, R. E. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. **New York Times Magazine**, 1970.

FISCHER, R. M. A Responsabilidade pelo Desenvolvimento. **Texto de apoio à prova de erudição, FEA/USP. Mimeo**, p. 1–49, 2003.

FISCHMANN, Adalberto Américo; ZILBER, Moises Ari. Utilização de Indicadores de Desempenho para a Tomada de Decisões Estratégicas: um sistema de controle. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 1, n. 1, p.9-25, 2009.

FIGUEIREDO, Gabriela Negrão de; ABREU, Regilane Lacerda; CASAS, Alexandre Luzzi. Reflexos do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Imagem das Empresas: uma análise do consumidor consciente e do marketing ambiental. **Revista Pensamento e Realidade**, v. 24, n. 1, p. 107–128, 2009.

GARRIGA, Elisabet; MELÉ, Domènec. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the territory. **Journal of business ethics**, v. 53, n. 1-2, p. 51-71, 2004.

GALLARDO-VÁZQUEZ, Dolores; SANCHEZ-HERNANDEZ, M. Isabel. Measuring Corporate Social Responsibility for Competitive Success at a Regional Level. **Journal of Cleaner Production**, v. 72, p. 14-22, 2014.

GARCÍA-RODRÍGUEZ, Francisco J. et al. Corporate Social Responsibility of oil Companies in Developing Countries: from altruism to business strategy. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 20, n. 6, p. 371-384, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GOBBI, B.; BRITO, M. DE. Gestão Ambiental como Prática Social em uma Organização Produtora de Celulose: uma análise interpretativa. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 11, n. 1, 2009.

HAIR JR. Joseph F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HEAL, Geoffrey. Corporate Social Responsibility: An Economic and Financial Framework. **The Geneva Papers on Risk and Insurance Issues and practice**, v. 30, n 3, p. 387–409, 2005.

HEGGEN, Campbell. **An Empirical Analysis of Environmental Strategy, Ecocontrols, Environmental and Economic Performance**. Deakin University, 2014.

HEMMER, Thomas. On the Design and Choice of " Modern" Management Accounting Measures. **Journal of Management Accounting Research**, v. 8, p. 87, 1996.

HENRI, J.-F.; JOURNEAULT, M. Eco-control: The influence of management control systems on environmental and economic performance. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, n. 1, p. 63–80, jan. 2010.

HESS, D.; ROGOVSKY, N.; DUNFEE, T. The Next Wave of Corporate Community Involvement: Corporate Social Initiatives. **California Management Review**, v. 44, n. 2, p. 110–125, 2002.

HEIKKURINEN, Pasi; KETOLA, Tarja. Corporate Responsibility and Identity: from a stakeholder to an awareness approach. **Business Strategy and the Environment**, v. 21, n. 5, p. 326-337, 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Visão.** Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/visao/#.WNh9CIXyvlU>. 2014. Acesso em: 10 fev. 2014.

JOURNEAULT, Marc. The Influence of eco-control on environmental and economic performance: A natural resourcebased approach. In: **Crises et nouvelles problématiques de la Valeur**. 2010. p. CD-ROM.

JUNQUERA, Beatriz; DEL BRÍO, Jesús Ángel; FERNÁNDEZ, Esteban. Clients' involvement in environmental issues and organizational performance in Businesses: an Empirical Analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 37, p. 288-298, 2012.

KATRINLI, Alev; GUNAY, Gonca. Corporate Social Responsibility, Strategy and Culture: Bati Anadolu Group Case. **International Journal of Business Strategy**, v. 11, n. 2, p. 32–38, 2011.

KAVESKI, Itzhak David Simão; MARTINS, José Augusto Sousa; HEIN, Nelson. A Relação entre os Rankings Formados pelos Indicadores Socioambientais e os Econômico-financeiros das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 7, n. 3, p. 59-73, 2014.

KIRSCHNER, A. M. Sociologia da Empresa e Responsabilidade Social das Empresas. **Nueva Sociedad** 202, 2006.

KOCK, Ned. A note on how to conduct a factor-based PLS-SEM analysis. **International Journal of e-Collaboration (IJeC)**, v. 11, n. 3, p. 1-9, 2015.

KOCK, Ned. Advanced Mediating Effects Tests, Multi-group Analyses, and Measurement Model Assessments in PLS-based SEM. **International Journal of e-Collaboration (IJeC)**, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2014.

LANGFIELD-SMITH, Kim. Management Control Systems and Strategy: a critical review. **Accounting, organizations and society**, v. 22, n. 2, p. 207-232, 1997.

LANGLEY, A. Patterns in the Use of Formal Analysis in Strategic Decisions. **Organization Studies**, v. 11, n1, p. 17–45, 1990.

LERNER, E. B. **A relação entre reputação corporativa e reponsabilidade social corporativa.** [s.l.] Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

LEWIS, S. Reputation and Corporate Responsibility. **Journal of Communication Management**, v. 15, n. January, 2003.

LEE, Seoki; SEO, Kwanglim; SHARMA, Amit. Corporate Social Responsibility and firm Performance in the Airline Industry: The moderating role of oil prices. **Tourism Management**, v. 38, p. 20-30, 2013.

LICHTENSTEIN, Scott et al. Corporate Social Responsibility Architecture and Project alignments: a study of the Ghanaian construction industry. **Journal of Engineering, Design and Technology**, v. 11, n. 3, p. 334-353, 2013.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.** São Paulo: Saraiva, 2004.

LIMA, Paulo César Ribeiro. A situação Econômica, Financeira e Operacional da Petrobras. **Estudo. Consultoria Legislativa. Brasília: março**, 2015.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva et al. Análise Comparativa do Desempenho Contábil-financeiro de Empresas Socialmente Responsáveis. **Revista Pensar Contábil**, v. 11, n. 43, p. 15–23, 2009.

MALHOTRA, Naresh K., **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARÔCO, João. **Análise de equações estruturais: Fundamentos Teóricos, Software & Aplicações: Pêro Pinheiro: ReportNumber**, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001. 220p.

MARK-HERBERT, Cecilia; VON SCHANTZ, Carolina. Communicating Corporate Social Responsibility–brand Management 2007.

MALLIN, Christine; FARAG, Hisham; OW-YONG, Kean. Corporate Social Responsibility and Financial Performance in Islamic Banks. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 103, p. S21-S38, 2014.

MARIANO, J. B. **Proposta de Metodologia de Avaliação Integrada de Riscos e Impactos Ambientais para Estudos de Avaliação Ambiental Estratégica do Setor de Petróleo e Gás Natural em Áreas Offshore.** [s.l.] UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MCWILLIAMS, Abigail; SIEGEL, Donald S.; WRIGHT, Patrick M. Corporate Social Responsibility: strategic implications*. **Journal of management studies**, v. 43, n. 1, p. 1-18, 2006.

MCWILLIAMS, Abigail; SIEGEL, Donald. Corporate Social Responsibility and Financial Performance: correlation or misspecification. **Strategic Management Journal**, v. 21, n. 5, p. 603-609, 2000.

MELO, ELIDIANE et al. Responsabilidade Social Corporativa na Cadeia de Suprimentos de Petróleo e Gás Natural: o caso dos fornecedores da Petrobras. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos - Base**, v. 12, n. 3, 2015

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial – A Administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MELO, Tiago; GARRIDO-MORGADO, Alvaro. Corporate Reputation: a combination of social responsibility and industry. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 19, n. 1, p. 11-31, 2012.

MEZHER, Toufic; TABBARA, Samer; AL-HOSANY, Nawal. An Overview of CSR in the Renewable Energy Sector: Examples from the Masdar Initiative in Abu Dhabi. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 21, n. 6, p. 744-760, 2010.

MOQBEL, Murad; NEVO, Saggi; KOCK, Ned. Organizational Members' Use of Social Networking Sites and Job Performance: an exploratory study. **Information Technology & People**, v. 26, n. 3, p. 240-264, 2013.

MULLER, ALan; KOLK, Ans. CSR Performance in Emerging Markets Evidence from Mexico. **Journal of Business Ethics**, v. 85, n. 2, p. 325–337, 2009.

MUSTAFA, Saed Adnan; OTHMAN, Abdul Rahim; PERUMAL, Selvan. Corporate Social Responsibility and Company Performance in the Malaysian Context. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 65, p. 897-905, 2012.

NOVAES, W. **Mercado para quem não Polui**. Editora Vi ed. São Paulo: 1991.

OFORI, D. F.; HINSON, R. E. Corporate Social Responsibility (CSR) Perspectives of Leading Firms in Ghana”. **Journal of Corporate Governance**, v. 7, n. 2, p. 178–193, 2007.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Uma Avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 1, 2005.

ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. Análise do Retorno dos Investimentos Socioambientais das Empresas Brasileiras. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, 2011.

PARENTE, J.; GELMAN, J. J. **Varejo e Responsabilidade Social: visão estratégica e práticas no Brasil**. São Paulo: Artmed, 2006.

PARAST, Mahour Mellat; ADAMS, Stephanie G. Corporate Social Responsibility, Benchmarking, and Organizational Performance in the Petroleum Industry: a quality management perspective. **International Journal of Production Economics**, v. 139, n. 2, p. 447-458, 2012.

PARK, Jongchul; LEE, Hanjoon; KIM, Chankon. Corporate social responsibilities, consumer trust and corporate reputation: South Korean consumers' perspectives. **Journal of Business Research**, v. 67, n. 3, p. 295-302, 2014.

PENA, Joana Filipa Rodrigues Carvalho. **Estudo da Relação entre Responsabilidade Social e Desempenho Empresarial**. 2011.

PEREIRA, Liandra; FENDRICH, Lisandro José. Políticas e Práticas de Responsabilidade Social Corporativa em Empresas do Interior de Santa Catarina e do Paraná: referências de sustentabilidade. In: **Anais do XXXIII do Encontro da ANPAD**. São Paulo: 19-23 de Setembro, 2009.

PIË, Bert; RITSEMA, Henk. Corporate Strategy: implementation and control. **European Management Journal**, v. 11, n. 1, p. 122-131, 1993.

PORTER, M.; KRAMER, M. The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. **Harvard Business Review**, v. 85, n. 12, p. 78–92, 2006.

REZENDE, I. A. C.; NUNES, J. G.; PORTELA, S. S. Um Estudo sobre o Desempenho Financeiro do Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n. 1, p. 71–93, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROSA, Bruno. 2015. **Setor de Petróleo e Gás Demite 30,5 mil no Primeiro Semestre**. <<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/setor-de-petroleo-gas-demite-305-mil-no-primeiro-semester-17779348>> Disponível: 15/10/2015. Acesso: 29/02/2016.

SAID, A. A.; ELNABY, H. R. H.; WIER, B.. An Empirical Investigation of the Performance Consequences of Nonfinancial Measures. *Journal of Management Accounting Research*, 15, 193–223, 2003.

SANTA CRUZ, L. M. M. DE. **Responsabilidade Social: visão e intermediação da mídia na redefinição do público e do privado**. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SANT'ANNA, A. A. Petróleo e Gás. **PERSPECTIVAS DO INVESTIMENTO 2010-2013**, p. 52–69, 2013.

SCHALTEGGER, S; BURRITT, R. **Contemporary Environmental Accounting: Issues, Concepts and Practice**, Greenleaf, Sheffield, 2000.

SHELDON, P. J.; PARK, S.-Y. An Exploratory Study of Corporate Social Responsibility in the U.S. Travel Industry. **Journal of Travel Research**, v. 50, n. 4, p. 392–407, 29 jun. 2010.

SILVA, M. B. DA. **A RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL, ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E A SATISFAÇÃO COM O DESEMPENHO DAS EMPRESAS VAREJISTAS DE SUPERMERCADOS DO PARANÁ**. [s.l.] PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2010.

SIMONS, Robert. *Levers of control: How Managers use Innovative Control Systems to Drive Strategic Renewal*. Boston: Harvard Business School Press. 1995

SIMONS, Robert. **The role of management control systems in creating competitive advantage**: New perspectives. *Accounting, Organizations and Society*, 15(1/2), 127–143, 1990.

SIMPSON, W. Gary; KOHERS, Theodor. The Link Between Corporate Social and Financial Performance: evidence from the banking industry. **Journal of business ethics**, v. 35, n. 2, p. 97-109, 2002.

SIQUEIRA, E. S. et al. RESPONSABILIDADE SOCIAL: POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL. **Análise**, v. 20, n. 2, p. 34–49, 2009.

SOARES, FRANCISCO IGO LEITE. *Uma Proposta de Avaliação de Desempenho Ambiental na Indústria de Petróleo em Mossoró/RN com Base na Análise Envoltória de Dados (DEA)*. Mestrado Profissional em Engenharia de Petróleo e Gás – MPEPG. Universidade Potiguar – UnP. Mossoró, 2013.

SOUSA, Cacilda Alves de; ALVES, Sandra Maria Campos; JERÔNIMO, Carlos Enrique de M. Aspectos da Sustentabilidade no Segmento de Petróleo na Cidade de Mossoró-RN. **Revista Monografias Ambientais – REMOA/ UFSM**. v.14, n 2, p 3088-3098, Santa Maria: 2014.

SOUZA, Júlia Alves e; COSTA, Tiago de Melo Teixeira da. Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável: conceitos, práticas e desafios para a Contabilidade-DOI: [http://dx. doi. org/10.15603/1982-8756/roc. v8n15p213-238](http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v8n15p213-238). **Revista Organizações em Contexto-online**, v. 8, n. 15, p. 213-238, 2012.

SOUZA, Erika Rubia de. **A influência das Ações de Responsabilidade Social na Legitimidade Organizacional de uma Empresa do Setor Elétrico**. 2011.

SOUZA, M. A. DE; RÁSIA, K. A.; JACQUES, F. V. DA S. Evidenciação de Informações Ambientais pelas Empresas Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 2, n. 1, p. 51–139, 2010.

SOUZA, A. C. C. **Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial.** [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SUNDARAM, A. K.; INKPEN, A. C. **The Corporate Objective Revisited out. 2001.**

TASHIZAWA, T. **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E TERCEIRO SETOR: CRIAÇÃO DE ONGS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO.** São Paulo: Atlas, 2002.

TOLMASQUIM, M. T. Perspectivas e Planejamento do Setor Energético no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 247–260, 2012.

ULLMANN, Arie A. Data in search of a theory: A Critical Examination of the Relationships Among Social Performance, Social Disclosure, and Economic Performance of US firms. **Academy of management review**, v. 10, n. 3, p. 540-557, 1985.

VALLE, C. E. DO. **Qualidade Ambiental ISO 14000.** Editora Vi ed. São Paulo: 2002.

VALOR ECONOMICO. **BGE: Metade das Empresas Fecha as Portas no Brasil após Quatro Anos.** 2015. <<http://www.valor.com.br/brasil/4210898/ibge-metade-das-empresas-fecha-portas-no-brasil-apos-quatro-anos>> Disponível 04/09/2015. Acesso: 15/02/2016.

WADDOCK, Sandra A.; GRAVES, Samuel B. The Corporate Social Performance-Financial Performance Link. **Strategic management journal**, v. 18, n. 4, p. 303-319, 1997.

WANG, Wei-Kang et al. Does Corporate Social Responsibility Influence the Corporate Performance of the US Telecommunications industry? **Telecommunications Policy**, v. 38, n. 7, p. 580-591, 2014.

WEBER, Manuela. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A company-level measurement approach for CSR. **European Management Journal**, v. 26, n. 4, p. 247-261, 2008.

WERNKE, Rodney; LEMBECK, Marluce. Análise de Rentabilidade dos Segmentos de Mercado de Empresa Distribuidora de Mercadorias. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 35, p. 68-83, 2004.

WIIG, Arne; KOLSTAD, Ivar. Multinational Corporations and Host Country Institutions: a case study of CSR activities in Angola. **International Business Review**, v. 19, n. 2, p. 178-190, 2010.

WOOLFSON, Charles; BECK, Matthias (Ed.). **Corporate Social Responsibility Failures in the oil Industry.** New York: Baywood Publishing, 2005.

YEH, Shu-Ling et al. Obstacle Factors of Corporate Social Responsibility Implementation: empirical evidence from listed companies in Taiwan. **The North American Journal of Economics and Finance**, v. 28, p. 313-326, 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bloco I – INFORMAÇÕES DA EMPRESA

1. Quantos anos a organização está no mercado?
2. Número de empregados? Qual o porte da empresa?
3. Como a empresa percebe o setor petrolífero? Seus concorrentes?
4. O que a empresa faz para manter-se competitiva?

Bloco II – RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

1. A empresa incentiva os seus funcionários a auxiliarem em trabalhos voluntários? Se sim? Quais? E estes trabalhos são divulgados na empresa? De que forma?
2. A empresa dispõe de recursos próprios e fontes para realizar iniciativas de responsabilidade social?
3. A empresa possui um código de ética e conduta de suas ações?
4. O planejamento empresarial incorpora ações voltadas a responsabilidade social?
5. A empresa tem preocupação com os recursos naturais? Reciclagem de lixo?
6. A empresa tem alguma política de inclusão social? (contratação de idosos e portadores de necessidades especiais).
7. A empresa desenvolve algum trabalho na comunidade?
8. A empresa tem realizado parceria com universidades e institutos de pesquisa? Como ocorre esta parceria?
9. Qual a visão da empresa sobre responsabilidade social? O que você destaca ser importante nas ações e práticas de responsabilidade social?

Bloco III – REPUTAÇÃO

1. A empresa detém liderança no setor em que atua?
2. A empresa investe em inovação tecnológica no desenvolvimento de produtos e serviços?
3. A empresa é competitiva no mercado global? E no mercado local?
4. A empresa é conhecida pela sua atuação?
5. A empresa tem um comportamento ético nos negócios?
6. A empresa tem uma política de um bom relacionamento com seus clientes?

7. A empresa busca desenvolver uma qualidade em sua gestão? De que forma?
8. A empresa desenvolve atitudes responsáveis em relação ao meio-ambiente e à sociedade? Quais?
9. A empresa tem seriedade com a forma como os assuntos financeiros são conduzidos?
10. Qual a visão da empresa sobre reputação? A empresa tem esta preocupação? Você considera importante a empresa ter esta preocupação? Porque?

Bloco IV – ECO-CONTROLE

1. A empresa utiliza de medidas de desempenho? Quais?
2. A empresa monitora o cumprimento interno das políticas e regulamentações ambientais?
3. A empresa motiva a melhoria contínua?
4. A empresa controla o seu orçamento?
5. A empresa conhece a legislação ambiental e procura adequar-se a ela?
6. A empresa faz investimento ambiental? Em média quanto?
7. A empresa controla as despesas ambientais?
8. A empresa tem rendimentos a partir de resíduos reciclados? Se sim, quanto é retornado?
9. A empresa tem alguma política de incentivos para seus funcionários?
10. A empresa tem definidos seus indicadores ambientais? Estes são importantes em sistemas de recompensa?
11. Os objetivos de desempenho ambiental são incluídos nos sistemas de planejamento da empresa?
12. Os indicadores de desempenho ambiental são ponderados em pé de igualdade com os indicadores de desempenho econômico da empresa?
13. Qual a visão da empresa sobre eco-controle? A empresa tem esta preocupação? Caso positivo? Quais ações ela desenvolve neste sentido?

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DA PESQUISA



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Prezado (a) Sr (a)

Solicitamos a gentileza de sua resposta para esta pesquisa de cunho estritamente acadêmico, que trata do tema Responsabilidade Social Corporativa. Ressaltamos que as informações, aqui prestadas, serão utilizadas de maneira sigilosa e a identidade do respondente será preservada.

Atenciosamente,

Andrea Kaliany da Costa Lima
Doutoranda da PUC/PR
E-mail: andreakaliany@yhao.com.br
Telefones: (84) 98832-7182/ (84) 99994-2498

I Parte - Identificação Geral da Empresa

1. Qual o tempo de fundação da sua empresa?

Menos de 1 ano 1 a 3 anos 4 a 6 anos 7 a 9 anos 10 a 12 anos mais de 12 anos

1. Em qual setor a sua empresa atua?

Bens Serviços Bens/Serviços

2. A empresa atua unicamente na cadeia produtiva do petróleo?

Não Sim

3. Qual o porte da empresa?

Microempresa Pequena empresa Média empresa Média-Grande empresa Grande empresa

4. Quantos funcionários trabalham para a sua empresa?

Até 9 9 a 19 20 a 49 50 a 99 100 a 499 mais de 499

5. Qual o faturamento anual da sua empresa?

Até R\$ 2,4 milhões R\$ 2,4 milhões a R\$ 16 milhões R\$ 16 milhões a R\$ 90 milhões R\$ 90 milhões a R\$ 300 milhões Maior que R\$ 300 milhões

6. Em qual mercado(s) a sua empresa atua:

Local Regional Nacional Internacional Nacional/Internacional

II Parte – Responsabilidade Social Corporativa

As questões abaixo, dizem respeito ao tema Responsabilidade Social Corporativa. As questões devem ser respondidas respeitando uma escala de 1 a 5 pontos, 1 indica (Discordo totalmente) e 5 (Concordo totalmente) Para situações intermediárias, escolher dentro da escala a alternativa que se enquadra na situação da sua empresa.

Vale lembrar que não existe uma resposta certa ou errada, a escolha deve refletir a realidade de sua empresa.

DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	NÃO DISCORDA E NEM CONCORDA	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE
1	2	3	4	5

A empresa...						
01.	Valoriza a contribuição de pessoas com necessidades especiais para o mercado profissional.	1	2	3	4	5
02.	Contrata pessoas em risco de exclusão social.	1	2	3	4	5
03.	Tem conhecimento acerca da qualidade de vida dos seus funcionários.	1	2	3	4	5
04.	Oferece igualdade de oportunidades para todos os funcionários.	1	2	3	4	5
05.	Fornecer aos clientes informações precisas e completas sobre seus produtos e/ou serviços.	1	2	3	4	5
06.	Busca estabelecer relações de colaboração e mútuo benefício com seus fornecedores.	1	2	3	4	5
07.	Entende a importância de incorporar a compra responsável (prefere fornecedores responsáveis).	1	2	3	4	5
08.	Considera a economia de energia como forma de melhorar seus níveis de eficiência.	1	2	3	4	5
09.	Está consciente quanto à relevância do planejamento dos investimentos para reduzir o impacto ambiental que gera.	1	2	3	4	5
10.	É favorável à redução das emissões de gases e produção de resíduos, e em favor da reciclagem de materiais.	1	2	3	4	5
11.	Valoriza o uso de embalagens recicláveis.	1	2	3	4	5

III Parte – Eco Controle/(A) – Desempenho Ambiental

As questões abaixo, dizem respeito ao tema Eco Controle. As questões devem ser respondidas respeitando uma escala de 1 a 5 pontos, 1 indica (Não utilizado) e 5 (Muito bem utilizado). Para situações intermediárias, escolher dentro da escala a alternativa que se enquadra na situação da sua empresa.

NÃO UTILIZADO	UTILIZADO PARCIALMENTE	NEM POUCO E NEM MUITO UTILIZADO	BEM UTILIZADO	MUITO BEM UTILIZADO
1	2	3	4	5

Em que medida a sua empresa utiliza indicadores de Desempenho Ambiental para:

12.	Monitorar o cumprimento das políticas e regulamentos ambientais.	1	2	3	4	5
-----	--	---	---	---	---	---

13.	Fornecer dados para a tomada de decisão.	1	2	3	4	5
14.	Motivar a melhoria contínua.	1	2	3	4	5
15.	Fornecer dados para elaboração de relatórios externos.	1	2	3	4	5

(B) – Incentivos

Para as questões abaixo no que dizem respeito à integração dos indicadores de desempenho ambiental na avaliação de funcionários, as questões devem ser respondidas respeitando uma escala de 1 a 5 pontos, 1 indica (Nenhuma) e 5 (Uma extensão muito grande). Para situações intermediárias, escolher dentro da escala a alternativa que se enquadra na situação da sua empresa.

NENHUMA	EM PEQUENA EXTENSÃO	NEM PEQUENA E NEM GRANDE EXTENSÃO	UMA EXTENSÃO PARCIALMENTE	UMA EXTENSÃO MUITO GRANDE
1	2	3	4	5

No que diz respeito ao uso de indicadores de desempenho ambiental na avaliação dos funcionários, indicar:

16.	Em que medida os indicadores ambientais são importantes para o sistema de recompensa.	1	2	3	4	5
17.	Em que medida os objetivos de desempenho ambiental são incluídos nos sistemas de planejamento.	1	2	3	4	5
18.	Em que medida os indicadores de desempenho ambiental são ponderados em pé de igualdade com os indicadores de desempenho econômico.	1	2	3	4	5

(C) – Orçamento

Para as questões abaixo, dizem respeito ao orçamento da sua empresa, as questões devem ser respondidas respeitando uma escala de 1 a 5 pontos, 1 indica (Não há detalhamento) e 5 (Muito bem detalhado). Para situações intermediárias, escolher dentro da escala a alternativa que se enquadra na situação da sua empresa.

NÃO DETALHAMENTO	HÁ POUCO DETALHADO	NEM POUCO E NEM MUITO DETALHADO	BEM DETALHADO	MUITO BEM DETALHADO
1	2	3	4	5

Em que medida são detalhados no orçamento da sua empresa:

19.	As despesas ambientais.	1	2	3	4	5
20.	O investimento ambiental (por exemplo: processos, equipamentos).	1	2	3	4	5
21.	Os rendimentos a partir de sucata de materiais ou resíduos reciclados.	1	2	3	4	5

D) – Desempenho Econômico Percebido

As questões abaixo, dizem respeito ao desempenho da sua empresa para os últimos 12 meses nas seguintes dimensões em comparação com seus principais concorrentes. As questões

devem ser respondidas respeitando uma escala de 1 a 5 pontos, 1 indica (Muito abaixo da média) e 5 (Bem acima da média). Para situações intermediárias, escolher dentro da escala a alternativa que se enquadra a situação da sua empresa.

MUITO ABAIXO DA MÉDIA	ABAIXO DA MÉDIA	NA MÉDIA	ACIMA DA MÉDIA	BEM ACIMA DA MÉDIA
1	2	3	4	5

Em relação aos últimos 12 meses e em comparação com os seus principais concorrentes, a empresa:

22.	Teve retorno sobre o investimento (ROI).	1	2	3	4	5
23.	Teve lucros operacionais.	1	2	3	4	5
24.	Tem fluxo de caixa das operações.	1	2	3	4	5

Por favor, indique seus clientes para que possam responder um questionário sobre reputação corporativa.

Nome da Empresa: _____ e-mail _____

Pessoa de Contato: _____ Telefone: _____

Endereço:

Nome da Empresa: _____ e-mail _____

Pessoa de Contato: _____ Telefone: _____

Endereço:

Nome da Empresa: _____ e-mail _____

Pessoa de Contato: _____ Telefone: _____

Endereço:
